

CONDIÇÕES GERAIS

PENHOR RURAL - EQUIPAMENTOS
Processo SUSEP N° 15414.610374/2023-48

PENHOR RURAL

(SEM FESR)

Condições Contratuais

Versão 12/2024

Versão: dezembro/2024

Válida para os seguros comercializados a partir de 06/12/2024 até 04/12/2025

SOMPO SEGUROS S.A – CNPJ 61.383.493/0001-80
Endereço: Rua Cubatão, 320 – São Paulo/SP – CEP 04013-001

www.sompo.com.br

A Ouvidoria poderá ser acionada para atuar na defesa dos direitos dos consumidores, para prevenir, esclarecer e solucionar conflitos não atendidos pelos canais de atendimento habituais.

NOVOS TELEFONES

Grande São Paulo: (011) 3460-9000 – Demais Localidades: 0800 77 00 179

SAC (Informações, Cancelamentos e Reclamações): 0800 77 00 164

Ouvidoria: 0800 77 00 187 – Disque Denúncia: 0800 77 53 548

Deficientes Auditivos ou de Fala: formulário disponível em www.sompo.com.br/atendimento/sac

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
CLÁUSULA 1ª - OBJETIVO DO SEGURO	3
CLÁUSULA 2ª - RISCOS COBERTOS	3
CLÁUSULA 3ª - RISCOS EXCLUÍDOS.....	3
CLÁUSULA 4ª - BENS / INTERESSES NÃO GARANTIDOS.....	7
CLÁUSULA 5ª - FORMA DE CONTRATAÇÃO	7
CLÁUSULA 6ª- LIMITES	8
CLÁUSULA 7ª - ÂMBITO GEOGRÁFICO DO SEGURO.....	9
CLÁUSULA 8ª - ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SEGURO.....	9
CLÁUSULA 9ª - INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO OU DE SUA ALTERAÇÃO.....	10
CLÁUSULA 10ª - APÓLICE	11
CLÁUSULA 11ª - CONCORRÊNCIA DE SEGUROS.....	11
CLÁUSULA 12ª – PAGAMENTO DE PRÊMIO	12
CLÁUSULA 13ª - RESCISÃO E CANCELAMENTO DO CONTRATO DE SEGURO.....	14
CLÁUSULA 14ª- FRANQUIAS DEDUTÍVEIS E PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (POS)	15
CLÁUSULA 15ª - REDUÇÃO E REINTEGRAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA E DO LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO.....	15
CLÁUSULA 16ª – DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS EM CASO DE SINISTROS.....	15
CLÁUSULA 17ª - PERDA DE DIREITOS.....	18
CLÁUSULA 18ª - SALVADOS	19
CLÁUSULA 19ª - INSPEÇÃO.....	19
CLÁUSULA 20ª - ATUALIZAÇÃO DE VALORES CONTRATADOS E ENCARGOS MORATÓRIOS.....	20
CLÁUSULA 21ª- SUB-ROGAÇÃO.....	21
CLÁUSULA 22ª - PRESCRIÇÃO	21
CLÁUSULA 23ª – FORO	21
CLÁUSULA 24ª – BENEFICIÁRIO.....	21
CLÁUSULA 25ª - CESSÃO DE DIREITOS	21
CLÁUSULA 26ª - SEGUROS MAIS ESPECÍFICOS	22
CLÁUSULA 27ª - DEFINIÇÕES	22
CLÁUSULA 28ª - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO.....	25
01. CONDIÇÕES ESPECIAIS	26
COBERTURA 01.01 - BÁSICA DE EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS, MÓVEIS, PORTÁTEIS E ACOPLADOS A VEÍCULOS.....	26
02. COBERTURAS ADICIONAIS (OPCIONAIS).....	30
COBERTURA 02.01 - COBERTURA ADICIONAL DE DANOS ELÉTRICOS	30
COBERTURA 02.02 - COBERTURA ADICIONAL PAGAMENTO DE ALUGUEL A TERCEIROS.....	31
COBERTURA 02.03 - COBERTURA ADICIONAL DE DESPESAS DE SALVAMENTO	32

03. CLÁUSULAS PARTICULARES.....	34
CLÁUSULA PARTICULAR – EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS EVENTOS COLISÃO DA COBERTURA BÁSICA.....	34
CLÁUSULA PARTICULAR - PARA EQUIPAMENTOS EM OPERAÇÃO EM PROXIMIDADE DE ÁGUA.....	34
CLÁUSULA DE RATEIO PARCIAL	34
CLÁUSULA PARTICULAR – EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS EVENTOS ROUBO E/OU FURTO DA COBERTURA BÁSICA.....	35
CLÁUSULA PARTICULAR DE LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO ÚNICO (LMI ÚNICO).....	35
CLÁUSULA PARTICULAR – RISCO EXCLUÍDO PARA EQUIPAMENTO GPS	35
CLÁUSULA PARTICULAR DE GERENCIAMENTO DE RISCO	35
CLÁUSULA PARTICULAR DE EMBARGOS E SANÇÕES	36
CLÁUSULA PARTICULAR - COSSEGURO E LIDERANÇA.....	37
CLÁUSULA PARTICULAR - CLÁUSULA EXCLUSÃO DE GUERRA E GUERRA CIVIL NMA464 (1/1/1938)..	38
CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO TERRORISMO - NMA 2921(08/10/2001).....	38
CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO ADICIONAL DE DADOS ELETRÔNICOS – ENDOSSO “B” - (NMA 2915)	38
CLÁUSULA PARTICULAR - DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS (LMA5394)	39
CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE ENERGIA NUCLEAR NMA1975(A).....	40
CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE CONTAMINAÇÃO RADIOATIVA (CL356 ILU)	42
CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE RISCOS POLITICOS	42
CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE ARMAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS, ELETROMAGNÉTICAS E ATAQUES CIBERNÉTICOS.....	43
COBERTURA ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL - EQUIPAMENTOS	44

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela Seguradora junto à SUSEP poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número do processo constante da apólice.

Link da plataforma digital oficial para registro de reclamações dos consumidores dos mercados supervisionados: www.consumidor.gov.br.

CLÁUSULA 1ª - OBJETIVO DO SEGURO

1.1 O presente seguro tem por objetivo garantir o pagamento de indenização por prejuízos, decorrentes de perdas e danos aos bens segurados em consequência de riscos previstos e cobertos nas Condições Especiais e/ou Condições Particulares, observados o Limite Máximo da Garantia (LMG) da apólice e os Limites Máximos de Indenização (LMI) fixados para cada cobertura Contratada, e, ainda, as demais Condições Contratuais aplicáveis.

1.2. O presente seguro tem ainda por objetivo cobrir perdas e/ou danos causados aos bens especificados na apólice, **DESDE QUE OCORRIDOS DURANTE A SUA VIGÊNCIA E QUE TENHAM SIDO OFERECIDOS EM GARANTIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL.**

CLÁUSULA 2ª - RISCOS COBERTOS

2.1. Para fins deste seguro, consideram-se Riscos Cobertos aqueles expressamente convencionados nas Condições Especiais e/ou Particulares das coberturas efetivamente contratadas pelo Segurado, constantes desta apólice.

CLÁUSULA 3ª - RISCOS EXCLUÍDOS

3.1. Este seguro não garante o interesse do Segurado, com relação aos prejuízos ao equipamento segurado, resultantes, direta ou indiretamente de:

- a) má qualidade, vício intrínseco não declarado, ou mesmo declarado, pelo Segurado na proposta de seguro;
- b) desarranjo mecânico, elétrico ou eletrônico, desgaste natural pelo uso, deterioração gradativa, defeito latente, manutenção deficiente e/ou inadequada, operações de reparo, ajustamento e serviços de manutenção dos bens / interesses garantidos, erosão, corrosão, ferrugem, oxidação, umidade e chuva, incrustação, fadiga, fermentação e/ou combustão natural ou espontânea e fim de vida útil;
- c) atos de autoridade pública, salvo para evitar propagação de danos cobertos por este seguro;
- d) atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, motim, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências;
- e) atos praticados por qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação de ordem política e social do país, por meio de guerra revolucionária, subversão e guerrilhas, e, ainda, atos terroristas, cabendo à Seguradora, neste caso, comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito e desde que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente;

- f) atos de vandalismo, invasão de propriedades e saques, inclusive ocorridos durante ou após o sinistro, promovidos por grupos legalmente constituídos ou não, inclusive que possuam interesses em questões fundiárias;
- g) dano, responsabilidade ou despesa causada por, atribuída a, ou resultante de qualquer arma química, biológica, bioquímica ou eletromagnética, bem como a utilização ou operação como meio de causar prejuízo, de qualquer computador ou programa, sistema ou vírus de computador, ou ainda, de qualquer outro sistema eletrônico;
- h) tumultos, greves e lock-out;
- i) qualquer perda ou destruição ou dano de quaisquer bens materiais ou qualquer prejuízo ou despesa emergente, ou qualquer dano consequente de qualquer responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de ou para os quais tenham contribuído fissão nuclear, radiações ionizantes, contaminação pela radioatividade de qualquer combustível nuclear, resíduos nucleares, ou material de armas nucleares;
- j) qualquer prejuízo, dano, destruição, perda e/ou reclamação de responsabilidade, de qualquer espécie, natureza ou interesse, desde que devidamente comprovado pela Seguradora, que possa ser, direta ou indiretamente, originado de, ou consistirem em falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data;
- k) qualquer ato, falha, inadequação, incapacidade, inabilidade ou decisão do Segurado ou de terceiros, relacionado com a não utilização ou não disponibilidade de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, espécie ou qualidade, em virtude do risco de reconhecimento, interpretação ou processamento de datas de calendário. Para todos os efeitos, entende-se como equipamento ou programa de computador os circuitos eletrônicos, microchips, circuitos integrados, microprocessadores, sistemas embutidos, hardwares (equipamentos computadorizados), softwares (programas residentes em equipamentos computadorizados), programas, computadores, equipamentos de processamento de dados, sistemas ou equipamentos de telecomunicações ou qualquer outro equipamento similar, sejam eles de propriedade do Segurado ou não;
- l) atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo Segurado e/ou seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais, pelos beneficiários e/ou pelos representantes de um ou de outro;
- m) danos e despesas emergentes de qualquer natureza e outros prejuízos indiretos, mesmo que resultantes de riscos cobertos, exceto as despesas de salvamento previstas nas condições contratuais;
- n) perdas, danos ou avarias ocasionadas aos bens do Segurado por infiltração de água, maresia, mofo, ferrugem e corrosão, salvo se comprovadamente em consequência de risco coberto por esta apólice;
- o) lucros cessantes, lucros esperados, multas, juros, encargos financeiros de qualquer espécie e outros prejuízos indiretos, ainda que resultantes de um dos riscos cobertos;
- p) demoras de qualquer espécie ou perda de mercado;
- q) riscos provenientes de contrabando, transporte ou comércio ilegais;
- r) danos morais;
- s) furto qualificado, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato praticados contra o patrimônio do Segurado por seus funcionários ou prepostos, arrendatários, locatários ou cessionários, quer agindo por conta própria ou mancomunados com terceiros;
- t) operações de montagem, desmontagem, reparos, ajustamentos e serviços em geral de

manutenção;

u) transladação dos equipamentos segurados entre áreas de operação ou locais de guarda, por helicópteros;

v) operações de içamento dos equipamentos segurados ainda que dentro do canteiro de obras ou local de guarda;

w) estouros, cortes e outros danos causados exclusivamente a pneumáticos ou câmaras de ar, bem como arranhões em superfícies polidas ou pintadas.

x) sobrecarga, ou seja, carga que exceda a capacidade normal de operação e/ou especificação do fabricante;

y) negligência do Segurado na utilização dos equipamentos, bem como na adoção de todos os meios razoáveis para salvá-los e preservá-los durante ou após a ocorrência de qualquer sinistro;

z) roubo/furto parcial, desaparecimento de qualquer peça, ferramenta, acessórios ou sobressalentes, salvo quando integrantes de sistemas de irrigação;

aa) perdas e danos causados enquanto em utilização em segmentos relacionados às atividades florestais e/ou corte, derrubada, tombamento, plantio, desmatamento de árvores, florestas, área de reflorestamento e limpeza de terreno.

bb) danos ocorridos durante deslocamento próprio fora de propriedades rurais e/ou durante deslocamento por meio próprio em vias públicas ou rodovias municipais, estaduais e federais, exceto se o equipamento estiver sendo transportado em conformidade com a Legislação de Trânsito Brasileira em sua totalidade e mediante uso de equipamentos obrigatórios;

cc) saque, estelionato, furto mediante fraude, apropriação indébita, extorsão de qualquer natureza, extorsão mediante sequestro e extorsão indireta;

dd) transporte impróprio ou inadequado, ainda que realizado por empresa terceira ou pelo Segurado, isto é, aquele realizado em desacordo com a legislação de trânsito vigente e/ou com as normas que disciplinam o transporte de cargas ou conduzido por pessoa cuja habilitação esteja suspensa ou cassada ou que não possua habilitação apropriada, bem como qualquer meio de transporte não terrestre ou não apropriado para dimensão e peso do equipamento segurado, ou não realizado por empresa especializada para este fim;

ee) uso inadequado, uso forçado e/ou fora dos padrões recomendados pelos fabricantes;

ff) tráfego em via pública ou estradas/rodovias, exceto se o equipamento estiver sinalizado em conformidade com a Legislação de Trânsito Brasileira e equipamentos obrigatórios;

gg) tráfego, mesmo que em veículo transportador, sobre pontes incapazes de suportar carga sobre ela, ou pontes que sofram ruptura no momento da transposição, incluindo-se pontes de madeira;

hh) roeduras e/ou outros estragos ocasionados por ação de animais, insetos, bactérias e fungos;

ii) quaisquer crimes cometidos por empregados do Segurado e assemelhados, por pessoas incumbidas da vigilância do local de risco ou do local de guarda e operação, ou de locais de propriedade do Segurado, ou, por ele alugados, arrendados e/ou controlados, quer agindo por conta própria ou em conjunto com terceiros;

jj) danos em razão da má conservação dos locais de risco ou locais de guarda e operação;

kk) desvalorização em consequência de retardamento, prejuízos resultantes da proibição de uso dos bens por medidas sanitárias, desinfecções, quarentena e fumigações;

ll) poluição e/ou contaminação decorrentes de emissão, descarga, dispersão, desprendimento, escape, emanção, derrame ou vazamento de agentes poluentes e/ou contaminantes, em estado sólido, líquido ou gasoso, onde quer que se origine;

mm) ataques cibernéticos e riscos cibernéticos de qualquer natureza, bem como os prejuízos deles decorrentes;

nn) asbestos (amianto);

- oo) adaptações ou alterações que não sejam provenientes de fábrica;
- pp) utilização dos equipamentos em experimentos, ensaios técnicos ou provas de teste;
- qq) danos ocorridos durante o período em que o equipamento segurado estiver sob posse de terceiros por força de acordos e/ou contratos de locação, exceto se informado no questionário de avaliação de risco quando da contratação do seguro;
- rr) danos causados por agentes agrotóxicos ao equipamento segurado em estado sólido, líquido ou gasoso, onde quer que se origine;
- ss) qualquer peça, ferramenta, acessório ou sobressalente que não faça parte do projeto original do equipamento, assim como bens pessoais, bens eletrônicos e valores existentes no interior do equipamento.
- tt) danos causados em razão de má conservação das instalações de água e esgoto, vazamentos ou infiltrações decorrentes de alagamentos e inundações, de infiltração contínua, intermitente ou periódica de qualquer substância líquida;
- uu) responsabilidade civil de qualquer natureza, indenizações compensatórias, condenações judiciais a título punitivo ou exemplar, exceto se cobertura contratada para atividade específica;
- vv) despesas de aluguel de qualquer natureza, exceto se contratada a cobertura adicional correspondente e pago o respectivo prêmio;
- ww) utilização dos equipamentos em atividades de escavação, pavimentação, carregamento de materiais de qualquer natureza, combate a qualquer tipo de chama ou combate à incêndios, realização de aceiros para contenção de incêndios, transporte de materiais químicos, poluentes, ou em alta temperatura, ou sendo utilizados para outros fins que não no estrito exercício das atividades exclusivamente agrícolas;
- xx) qualquer dano causado ao equipamento na transposição de pontes, incluindo tombamento e colisão, mesmo com a ponte mantida em perfeito estado;
- yy) movimentação do equipamento segurado por meios inadequados ou uso de máquinas especiais tais como guindastes;
- zz) danos que ocorrerem no equipamento em decorrência do resgate ou retirada em casos de atolamento;
- aaa) perdas ou danos ocasionados ao equipamento segurado decorrentes de brigas, ameaças, desentendimentos e outros tipos penais havidos entre terceiros, funcionários, prepostos, colaboradores, representantes do Segurado;
- bbb) danos que ocorrerem no equipamento em decorrência de embuchamento, isto é, do enrolamento de cultura em componentes do equipamento devido a falta de ajuste do maquinário para o tipo de colheita a ser realizada.

3.2. A Seguradora não responderá, ainda, mesmo que resultante de riscos cobertos por este seguro, pelas perdas, danos, despesas, gastos, ou outros custos, relacionados com ocorrências envolvendo equipamentos estacionários, operados e/ou instalados ao ar livre, em varandas, terraços, edificações abertas ou semiabertas, quando o equipamento for fabricado exclusivamente para operação em áreas internas fechadas.

3.3. Este seguro também não garante, mesmo que resultante de riscos cobertos por este seguro, as perdas, danos, despesas, gastos ou outros custos relacionados com ocorrências envolvendo COLHEDORAS e COLHEITADEIRAS, se for(em) constatado(s):

- a) extintores vencidos e inaptos para utilização imediata, além da falta de funcionários devidamente treinados e equipados;**

- b) falta manutenção e/ou de limpeza das Colheitadeiras e Colhedoras, em conformidade com o manual do fabricante e/ou inobservância das orientações e recomendações de manutenções periódicas e preventivas nele contidas.
- c) falta da utilização de rádio bidirecional e/ou telefones celulares em todas as COLHEITADEIRAS E COLHEDORAS, juntamente com números de contato de emergência;
- d) reabastecimento em áreas cobertas e vestígios de óleo derramado ou combustível.
- e) que os sistemas de combate a incêndio não foram acionados e/ou estavam total ou parcialmente desativados.

CLÁUSULA 4ª - BENS / INTERESSES NÃO GARANTIDOS

4.1. Não estão garantidos por este seguro os bens / interesses relacionados a seguir:

- a) vagões, locomotivas, aeronaves e embarcações (inclusive maquinismos, suas peças, componentes, acessórios e objetos neles transportados, armazenados ou instalados);
- b) caminhões, automóveis, camionetas, motonetas, motocicletas e quaisquer veículos licenciados para uso em estradas ou vias públicas (inclusive suas peças, componentes, acessórios e objetos neles transportados, armazenados ou instalados);
- c) bens pessoais e valores existentes no interior de veículos;
- d) softwares e/ou sistemas de dados armazenados ou processados em equipamentos de informática;
- e) velamento de filmes virgens (ou expostos porém não revelados) salvo se resultante de acidente coberto por esta apólice;
- f) apagamento de fitas gravadas (som e/ou vídeo) por ação de campos magnéticos de qualquer origem;
- g) bens não oferecidos em garantia de operações de crédito rural;
- h) bens que se caracterizem como mercadoria do Segurado, destinados exclusivamente à venda;
- i) despesas com alterações, ampliações, retificações, melhorias ou todas as modificações que não constarem no projeto original;
- j) equipamentos que estejam sob responsabilidade da fábrica, concessionária, revenda, ou qualquer loja e/ou comércio, enquanto o equipamento não for recepcionado formalmente pelo Segurado no(s) local(is) de risco ou local(is) de guarda e operação;
- k) protótipos, equipamentos em exposição em feiras, demonstração técnica e comercial, testes de qualquer natureza bem como em atividades de escavação, pavimentação, carregamento de materiais de qualquer natureza.

CLÁUSULA 5ª - FORMA DE CONTRATAÇÃO

5.1. A cobertura básica deste seguro, poderá ser contratada à Risco Total ou Risco Relativo e as coberturas adicionais à 1º Risco Absoluto conforme disposto nas Condições Especiais e nas cláusulas das Coberturas Adicionais contratadas:

5.1.1. Para as coberturas contratadas à **Risco Absoluto**, a Seguradora responde integralmente pelos prejuízos decorrentes de riscos cobertos até os respectivos Limites Máximos de Indenização contratados.

5.1.2. Quando a contratação da cobertura é efetuada à **Risco Total**, o Segurado, no momento da contratação do seguro, estabelece o Limite Máximo de Indenização (LMI) correspondente ao valor real (atual) dos bens garantidos pela cobertura. Na hipótese de ocorrência de sinistro garantido por esta

cobertura, a Seguradora apurará o valor real dos bens (Valor em Risco Apurado - VRA) no momento e local do sinistro e, se constatada a contratação de um Limite Máximo Indenização inferior ao valor do bem, resultará na redução proporcional da indenização em caso de sinistro parcial, com a aplicação da Cláusula de Rateio abaixo:

Fórmula: Indenização LMI / VRA X (Prejuízo – Franquia)

Onde:

LMI (LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO): Limite fixado nos contratos de seguro, por cobertura, que representa o valor máximo que a Seguradora irá suportar em um risco determinado.

VRA (VALOR EM RISCO APURADO): Valor total dos bens/interesses seguráveis, apurado no dia e local do sinistro.

5.1.3. A forma de contratação à **Risco Relativo**: utilizada quando há probabilidade de qualquer bem do Segurado, num determinado local, ser atingido por um evento sem que o dano seja total. O Segurado estabelece um Limite Máximo de Indenização (LMI) baseado no valor do dano máximo provável, independentemente do Valor em Risco Declarado (VRD), pagando um prêmio agravado sempre que a relação LMI/VRD for inferior a 1 (um). Na hipótese de ocorrência do sinistro garantido por esta cobertura, a Seguradora apurará o valor real dos bens (Valor em Risco Apurado - VRA) no momento e local do sinistro e, caso o VRD seja inferior a 80%, o Segurado participará dos prejuízos proporcionalmente, observando-se a seguinte fórmula para o cálculo:

Fórmula: Indenização = (Prejuízo - Franquia) x (VRD ÷ (VRA x 0,80))

Onde:

VRD (VALOR EM RISCO DECLARADO): Valor total dos bens/interesses seguráveis, informado pelo Segurado na apólice por ocasião de sua contratação.

VRA (VALOR EM RISCO APURADO): Valor total dos bens/interesses seguráveis, apurado no dia e local do sinistro.

CLÁUSULA 6ª- LIMITES

6.1. Os limites previstos nesta Cláusula, nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 a seguir, não representam em qualquer hipótese, pré-avaliação dos bens / interesses garantidos, ficando entendido e acordado que o valor da indenização que o Segurado terá direito, com base nestas Condições, não poderá ultrapassar o valor do bem / interesse garantido no momento do sinistro, independentemente de qualquer disposição constante neste seguro:

6.1.1. Limite Máximo da Garantia - LMG

6.1.1.1. O Limite Máximo da Garantia deste seguro é o valor fixado pela Seguradora, que representa o valor máximo a ser pago por esta apólice em função da ocorrência, durante a vigência do seguro, de um ou mais sinistros resultantes do mesmo fato gerador, abrangendo uma ou mais coberturas contratadas.

6.1.2. Limite Máximo de Indenização - LMI - por Cobertura

6.1.2.1. O Limite Máximo de Indenização é o respectivo valor fixado para a cobertura contratada pelo Segurado, com anuência da Entidade Financeira, e representa o valor máximo a ser pago pela Seguradora, em decorrência de um sinistro ou série de sinistros garantidos por aquela cobertura, respeitado o Limite Máximo de Garantia da apólice.

6.1.2.2. Os Limites Máximos de Indenização fixados são específicos de cada cobertura, não sendo admissível, durante todo o prazo de vigência deste seguro, a transferência de valores de uma para outra.

CLÁUSULA 7ª - ÂMBITO GEOGRÁFICO DO SEGURO

7.1. As disposições deste contrato de seguro aplicam-se, exclusivamente, as perdas e danos ocorridos nos locais segurados situados no Território Brasileiro.

CLÁUSULA 8ª - ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SEGURO

8.1. A contratação, modificação ou renovação do seguro será feita mediante proposta preenchida e assinada pelo proponente, por seu representante ou por corretor de seguros habilitado e entregue sob protocolo que identifique a proposta, assim como a data e hora de recebimento, fornecido pela Seguradora. **A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.**

8.2. A renovação da Apólice não é automática, e em nenhuma hipótese se presume, reservando-se a Seguradora o direito de não renová-la independentemente de qualquer comunicação prévia informando o seu não interesse na renovação.

8.3. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da Sociedade Seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

8.4. A proposta deverá conter os elementos essenciais para análise dos riscos propostos, bem como a informação da existência de outros seguros cobrindo os mesmos interesses contra os mesmos riscos, não sendo válida a presunção de que a Seguradora tenha conhecimento de circunstâncias que não constem da proposta e, quando for o caso, da ficha de informações.

8.5. A Seguradora se reserva o direito de proceder inspeções nos equipamentos segurados antes da aceitação do risco, sem prejuízo a outras disposições deste seguro.

8.6. Em caso de aceitação, a proposta passará a integrar o contrato de seguro.

8.7. A aceitação do seguro, ou ainda, as alterações que impliquem modificação do risco estarão sujeitas à análise pela Seguradora, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de recepção da proposta, para aceitá-la ou não, podendo solicitar documentos e/ou informações complementares para análise e aceitação do risco dentro desse prazo.

8.7.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez durante o prazo previsto de 15 (quinze dias), desde que a Seguradora fundamente o pedido para a avaliação e/ou taxação do risco proposto. Neste caso, o prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que a Seguradora receber as informações ou os documentos solicitados.

8.8. A ausência de manifestação por escrito da Seguradora no prazo previsto caracterizará a aceitação tácita do risco.

8.9. O prazo de 15 (quinze dias) previsto no subitem 8.7, nos casos em que a aceitação da proposta de seguro (seguros novos, renovações ou alterações) dependa de contratação ou alteração da cobertura de resseguro facultativo será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, devendo a Seguradora comunicar tal fato, por escrito, ao proponente, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

8.9.1. Nessa hipótese, é vedada a cobrança, total ou parcial, do prêmio.

8.10. Na hipótese de não aceitação da proposta de seguro a Seguradora fará comunicação formal ao

Proponente, seu representante ou corretor de seguros apresentando a justificativa da recusa.

8.11. No caso de cobrança total ou parcial do prêmio antes da aceitação da proposta, será garantida cobertura provisória para sinistros ocorridos no período de análise da Proposta pela Seguradora caso assim seja solicitada pelo Proponente.

8.11.1. Não se aplicará, entretanto, a cobertura provisória para os riscos cuja aceitação esteja condicionada a realização da inspeção prévia.

8.11.2. Em caso de recusa da Proposta pela Seguradora dentro dos prazos previstos no item 8.7, a cobertura provisória do seguro prevalecerá por mais 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data em que o Proponente, seu representante ou o corretor de seguros tiver conhecimento formal da recusa.

8.12. Caso a proposta de seguro não seja aceita pela Seguradora e tenha havido adiantamento de valor para futuro pagamento, total ou parcial do prêmio:

8.12.1. A Seguradora devolverá o adiantamento citado anteriormente, deduzindo a parcela proporcional ao período de cobertura concedido, sendo que essa devolução será realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de formalização da recusa.

8.12.2. Na hipótese de a Seguradora não efetuar a devolução do adiantamento dentro do prazo previsto no subitem 8.12.1, o valor devido será devolvido com atualização monetária desde a data do pagamento pelo Segurado até a data da efetiva restituição conforme disposto nos itens 20.4 e 20.8 destas Condições Gerais.

8.12.3. Além da atualização, a não devolução do prêmio no prazo previsto no subitem 8.12.1. implicará aplicação de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do décimo primeiro dia da data de formalização da recusa.

8.13. Os procedimentos de renovação do seguro deverão seguir os mesmos adotados para a sua contratação inicial.

8.14. Qualquer alteração no contrato de seguro em vigor somente poderá ser realizada com a concordância expressa do Segurado ou de seu representante legal.

CLÁUSULA 9ª - INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO OU DE SUA ALTERAÇÃO

9.1. O seguro vigora a partir do início do interesse segurável da **Entidade Financeira** e enquanto existir este interesse, durante o período de vigência do contrato da operação de Crédito Rural definido na proposta / apólice.

9.2. O contrato de seguro terá seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.

9.3. Nos contratos cujas propostas de seguro tenham sido recepcionadas com adiantamento de valor para futuro pagamento parcial ou total de prêmio, o início de vigência do seguro se dará a partir da data da recepção da proposta de seguro pela Seguradora.

9.4. Os contratos cujas propostas de seguro tenham sido recepcionadas, sem pagamento de prêmio, o início de vigência do seguro deverá coincidir com a data de aceitação da proposta ou com data distinta, desde que expressamente acordada entre as partes.

9.5. Fica estabelecido, entretanto, que os riscos cuja aceitação dependam da realização da inspeção prévia, terão seu início de vigência na data da aceitação da inspeção, ficando vedada a cobertura provisória.

CLÁUSULA 10ª - APÓLICE

10.1. A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias a partir da data de aceitação da proposta de seguro.

10.2. Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

- a) a identificação da Seguradora, com o respectivo CNPJ;
- b) o número do processo administrativo da SUSEP que identifica o plano comercializado;
- c) as datas de início e fim de sua vigência;
- d) as coberturas contratadas;
- e) o Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;
- f) o valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento ou, caso tenha havido parcelamento, o valor de cada parcela e o total fracionado, as respectivas datas de vencimento e a taxa de juros praticada;
- g) o nome ou a razão social do Segurado;
- h) o nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso.

10.3. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep;

10.4. Fará prova do contrato de seguro a exibição da apólice ou, na falta desta, a apresentação do documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.

CLÁUSULA 11ª - CONCORRÊNCIA DE SEGUROS

11.1 O Segurado que, na vigência do contrato, pretender obter novo seguro sobre os mesmos bens e contra os mesmos riscos deverá comunicar sua intenção, previamente, por escrito, a todas as Sociedades Seguradoras envolvidas, sob pena de perda de direito.

11.2 O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a) despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo Segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;
- b) valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo Segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;
- c) danos sofridos pelos bens segurados.

11.3 A indenização relativa a qualquer sinistro não poderá exceder, em hipótese alguma, o valor do prejuízo vinculado à cobertura considerada.

11.4 Na ocorrência de sinistro contemplado por coberturas concorrentes, ou seja, que garantam os mesmos interesses contra os mesmos riscos, em apólices distintas, a distribuição de responsabilidade entre as Sociedades Seguradoras envolvidas deverá obedecer às seguintes disposições:

I será calculada a indenização individual de cada cobertura como se o respectivo contrato fosse o único vigente, considerando-se, quando for o caso, participações obrigatórias do Segurado, limite máximo de indenização da cobertura e participações proporcionais em sinistros;

II será calculada a "indenização individual ajustada" de cada cobertura, na forma abaixo indicada:

- a) se, para uma determinada apólice, for verificado que a soma das indenizações correspondentes às diversas coberturas abrangidas pelo sinistro é maior que seu respectivo limite máximo de garantia, a

indenização individual de cada cobertura será recalculada, determinando-se, assim, a respectiva indenização individual ajustada. Para efeito deste recálculo, as indenizações individuais ajustadas relativas às coberturas que não apresentem concorrência com outras apólices serão as maiores possíveis, observados os respectivos prejuízos e limites máximos de indenização. O valor restante do limite máximo de garantia da apólice será distribuído entre as coberturas concorrentes, observados os prejuízos e os limites máximos de indenização destas coberturas.

b) caso contrário, a "indenização individual ajustada" será a indenização individual, calculada de acordo com o inciso I deste artigo.

III será definida a soma das indenizações individuais ajustadas das coberturas concorrentes de diferentes apólices, relativas aos prejuízos comuns, calculadas de acordo com o inciso II deste artigo;

IV se a quantia a que se refere o inciso III deste artigo for igual ou inferior ao prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada Sociedade Seguradora envolvida participará com a respectiva indenização individual ajustada, assumindo o Segurado a responsabilidade pela diferença, se houver;

V se a quantia estabelecida no inciso III for maior que o prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada Sociedade Seguradora envolvida participará com percentual do prejuízo correspondente à razão entre a respectiva indenização individual ajustada e a quantia estabelecida naquele inciso.

11.5 A sub-rogação relativa a salvados operar-se-á na mesma proporção da cota de participação de cada Sociedade Seguradora na indenização paga.

11.6 Salvo disposição em contrário, a Sociedade Seguradora que tiver participado com a maior parte da indenização ficará encarregada de negociar os salvados e repassar a quota-parte, relativa ao produto desta negociação, às demais participantes.

11.7 Esta cláusula não se aplica às coberturas que garantam morte e/ou invalidez.

CLÁUSULA 12ª – PAGAMENTO DE PRÊMIO

12.1. O pagamento do prêmio poderá ser feito à vista ou de forma fracionada conforme acordo entre as partes e especificado no frontispício da apólice, por meio de documento emitido pela Seguradora.

12.1.1. Esse documento será encaminhado pela Seguradora diretamente ao Segurado, ou ao seu representante ou ao corretor de seguros no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento do respectivo documento.

12.1.2. A data limite para o pagamento do prêmio, ou de sua primeira parcela, será, no máximo, de 30 (trinta) dias, contados a partir da aceitação da proposta e/ou do endosso correspondente.

12.1.3. Quando a data-limite para o pagamento do prêmio, ou de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil após a data limite em que houver expediente bancário, ainda que os locais autorizados pela Seguradora funcionem naquela data limite.

12.1.4. Quando o pagamento for efetuado através de rede bancária, além das informações a que se refere o subitem 12.1, deverão constar, também, do documento de cobrança, o número da conta corrente da Seguradora, o nome e respectiva agência do banco recebedor e, se for o caso, a informação de que o prêmio poderá ser pago em qualquer agência do mesmo ou de outros bancos.

12.2. Fica ainda entendido e ajustado que, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas, sem que ele se ache efetuado, o direito a indenização não ficará prejudicado.

12.3. Os prêmios fracionados, deverão obedecer às seguintes disposições:

- a) Os juros de fracionamento não poderão ser aumentados durante o período de parcelamento;
- b) O fracionamento será efetuado sem qualquer custo adicional a título de despesas administrativas;
- c) A data de vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o término de vigência da apólice.

12.4. O não pagamento do prêmio, nos seguros com parcela única ou o não pagamento da primeira parcela, nos seguros com prêmio fracionado, na respectiva data limite, implicará o cancelamento da apólice ou do aditivo ou endosso, exceto quando previstas disposições em contrário nas Condições Particulares.

12.5. Nos seguros com prêmio fracionado, o não pagamento de parcela subsequente à primeira implicará que o prazo de vigência da respectiva cobertura será ajustado pela relação do prêmio efetivamente pago com o do prêmio devido de acordo com a Tabela de Prazo Curto a seguir:

Relação % entre a parcela do prêmio paga e o prêmio total da apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência original	Relação % entre a parcela do prêmio paga e o prêmio total da apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência original
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365
46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

12.5.1. Para percentuais não previstos na tabela do item 12.5 desta cláusula deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores. Para apólices plurianuais, no caso da falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado em função do prêmio efetivamente pago, observada a vigência pro-rata temporis.

12.5.2. A Seguradora deverá informar ao Segurado por meio de comunicação escrita o novo prazo de vigência ajustada.

12.5.3. Se, em decorrência da aplicação da Tabela de Prazo Curto do item 12.5, o novo período de vigência já houver expirado, a Seguradora cancelará o contrato, salvo disposição em contrário nas Condições Particulares.

12.5.4. Se o novo prazo de vigência não houver expirado, a Seguradora poderá restabelecer o pagamento do prêmio da parcela vencida, acrescida dos juros moratórios conforme disposto no item 20.6 dessas Condições Gerais, dentro desse novo prazo, ficando automaticamente restaurado o prazo de vigência original da apólice.

12.5.5. Findo o novo prazo de vigência ajustada, sem que tenha sido efetuado o pagamento do prêmio,

a Seguradora cancelará o contrato, exceto quando previstas disposições em contrário nas Condições Particulares.

12.6. Na hipótese de o Segurado desejar antecipar o pagamento do prêmio fracionado total ou parcialmente, os juros pactuados serão reduzidos proporcionalmente.

12.7. Quando o valor das indenizações acarretar o cancelamento da apólice, as parcelas de prêmio vincendas serão deduzidas pela Seguradora, ocasião em que será excluído o adicional de fracionamento relativo a estas parcelas.

12.8. Na hipótese de o Segurado pagar indevidamente qualquer valor relativo a prêmio, o mesmo será devolvido pela Seguradora no prazo máximo de 10 (dez) dias, deduzidos os emolumentos e atualizado monetariamente conforme disposto nos itens 20.4 e 20.5 dessas Condições Gerais, a partir da data de recebimento do prêmio pela Seguradora.

12.8.1. Em caso de mora da Seguradora, caracterizada pelo não pagamento da devolução devida no prazo definido no subitem 12.8, sobre o valor já atualizado da devolução incidirão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do décimo primeiro dia da data de recebimento do prêmio pela Seguradora.

12.9. Se for verificado, no curso do presente contrato, que o Limite Máximo de Indenização por Cobertura Contratada é excessivo com relação ao valor em risco dos interesses segurados, o Segurado poderá exigir a revisão do prêmio ou a resolução do contrato, deduzidos os emolumentos.

12.10. Fica vedado o cancelamento do contrato de seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o Segurado deixar de pagar o financiamento.

CLÁUSULA 13ª - RESCISÃO E CANCELAMENTO DO CONTRATO DE SEGURO

13.1. Excetuadas as hipóteses previstas em lei, o presente contrato de seguro somente poderá ser cancelado:

- a) por inadimplemento do Segurado previsto nos subitens 12.4, 12.5.3 e 12.5.5 destas Condições Gerais;
- b) por perda de direito do Segurado, nos termos da Cláusula 17ª – Perda de Direitos;
- c) por esgotamento do Limite Máximo de Garantia da apólice;

13.2. Quando a indenização ou série de indenizações pagas atingirem o Limite Máximo de Indenização de uma determinada cobertura, o cancelamento afetará apenas essa cobertura.

13.3. O cancelamento poderá ainda ocorrer, mediante concordância recíproca entre Segurado e a Seguradora, com anuência da Entidade Financeira, por escrito, caso em que será denominado RESCISÃO.

13.3.1. Na hipótese de rescisão a pedido da Seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

13.3.2. Na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a Tabela de Prazo Curto prevista na Cláusula 12ª - Pagamento de Prêmio destas Condições Gerais. Para os prazos não previstos na tabela, deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

13.4. Os valores devidos a título de devolução de prêmios no caso de cancelamento do contrato serão pagos no prazo máximo de 10 (dez) dias e sujeitam-se à atualização monetária conforme disposto nos

itens 20.4 e 20.5 dessas Condições Gerais, a partir:

- a) da data de recebimento da solicitação de cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa do Segurado;
- b) da data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Seguradora.

13.4.1. Em caso de mora da Seguradora, caracterizada pelo não pagamento da devolução devida no prazo definido no subitem 13.4, sobre o valor já atualizado da devolução incidirão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do décimo primeiro dia da data do efetivo cancelamento.

CLÁUSULA 14ª- FRANQUIAS DEDUTÍVEIS E PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (POS)

14.1. As franquias e/ou Participação Obrigatória do Segurado (POS) estabelecidas no texto da apólice e/ou das condições contratuais serão deduzidas dos prejuízos indenizáveis em cada sinistro.

14.1.1. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, **O CONJUNTO FORMADO POR TODOS ELES SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA "OCORRÊNCIA"**.

CLÁUSULA 15ª - REDUÇÃO E REINTEGRAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA E DO LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

15.1. Durante o prazo de vigência deste seguro, o Limite Máximo da Garantia e o Limite Máximo de Indenização serão sempre automaticamente reduzidos, a partir da data da ocorrência do sinistro, do valor de toda e qualquer indenização que vier a ser efetuada, passando a limitar-se ao valor remanescente, não tendo o Segurado direito a restituição do prêmio correspondente àquela redução.

15.1.1. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável ao Segurado, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI) contratados.

15.2. O Segurado, caso tenha interesse, poderá solicitar a reintegração dos limites reduzidos por conta do pagamento de indenização, cabendo à Seguradora, caso concorde com o pedido, cobrar o prêmio adicional considerando as novas condições do risco por meio de endosso.

15.2.1. Em caso de aceitação, o prêmio adicional referente à reintegração será calculado a partir da data de ocorrência do sinistro até o término da vigência do contrato, conforme critério da Seguradora.

CLÁUSULA 16ª – DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS EM CASO DE SINISTROS

16.1. O Segurado comunicará o sinistro à Seguradora e à **Entidade Financeira**, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado dos prejuízos, informando a existência de outros seguros que garantam os mesmos bens e/ou riscos, prestando todas as informações sobre qualquer outro fato relacionado com este seguro, bem como fornecerá todos os documentos solicitados pela Seguradora.

16.2. O Segurado não poderá iniciar reparos dos danos sem prévia autorização da Seguradora, salvo para atender interesse público. Qualquer medida tomada não implica no reconhecimento da

obrigatoriedade à indenização.

16.3. O Segurado disponibilizará todos os documentos abaixo relacionados, bem como registros, controles, escrita contábil e outras informações adicionais à Seguradora, bem como facilitará o acesso desta às inspeções e verificações necessárias à regulação e liquidação dos sinistros ou a outro fato relacionado com este seguro:

- a) comunicação escrita contendo data, hora, local, descrição detalhada da ocorrência e causas prováveis do sinistro, bens sinistrados e estimativa dos prejuízos;
- b) relação dos bens sinistrados e comprovação da preexistência dos mesmos (notas fiscais originais de aquisição, contratos, demonstrativos contábeis) ou comprovação de propriedade no caso de bens de terceiros. Em caso de Indenização Integral, o contrato de financiamento ou arrendamento e da nota fiscal de aquisição do bem arrendado ou, quando couber, o termo de quitação e de baixa da alienação;
- c) relação de todos os seguros que existam sobre os mesmos bens ou responsabilidades;
- d) cópia dos documentos que comprovem os dados cadastrais do Segurado;
- e) cópia da carteira de habilitação do condutor do equipamento, no caso de acidentes ocorridos em via pública e do certificado do Renagro (Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas), quando o caso exigir;
- f) cópia dos documentos de dados cadastrais dos beneficiários ou terceiros envolvidos.
- g) em caso de incêndio, além dos especificados acima:
 - carta aviso de sinistro com descrição detalhada do evento reclamado;
 - declaração do operador do equipamento descrevendo como ocorreu o incêndio, além das testemunhas;
 - manual de operação e manutenção (com plano de manutenção determinado pelo fabricante) do equipamento;
 - comprovantes de manutenções realizadas, tanto preventivas quanto corretivas, contendo os dados da máquina, quantidade de horas trabalhadas;
 - fotografias e filmagens do equipamento e do local do sinistro registradas durante a ocorrência;
 - comprovante de aquisição do equipamento segurado (nota fiscal);
 - extrato do computador do equipamento, contendo as informações de temperatura, pressão, tempo de operação, alarmes, códigos de avarias registradas;
 - laudo do fabricante, contendo informações referentes à causa do evento, extensão dos danos e das manutenções realizadas sob sua responsabilidade;
 - comprovantes de realização das limpezas realizadas a cada 6 horas;
- h) comprovante da transferência bancária e/ ou documento oficial que comprove o pagamento de aluguel à terceiros, se o caso.

16.4. Existindo a necessidade de reparo em oficina especializada, o equipamento deverá ser enviado para revenda / oficina mais próxima do local do evento. Caso o Segurado escolha o reparo no local/empresa de sua preferência, os custos excedentes de visita ou transporte do equipamento cobrados pelas concessionárias/reparadoras serão por conta e risco do Segurado, não sendo, neste caso, a Seguradora responsável pelo pagamento integral das despesas.

16.5. Para a apuração dos prejuízos indenizáveis a Seguradora se valerá dos vestígios físicos, da contabilidade, dos controles da empresa, de informações tributárias junto aos órgãos oficiais, de informações e inquéritos policiais, de informações de compradores, fornecedores e clientes ou qualquer outro meio razoável para sua conclusão.

16.6. A Seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido em virtude do fato

que produziu o sinistro ou ainda cópia da certidão de abertura de inquérito porventura instaurado.

16.7. Em toda e qualquer indenização devida, obedecidas todas as disposições do seguro, serão deduzidos a franquia e/ou Participação Obrigatória do Segurado, se aplicável, e o valor de eventuais salvados que permanecerem em poder do Segurado.

16.8. Fica estabelecido que toda e qualquer indenização será feita por reembolso, mediante apresentação de nota fiscal e documentos que comprovem os reparos. Entretanto, a Seguradora poderá, mediante acordo entre as partes, indenizar o Segurado por meio de reparo ou reposição dos bens danificados ou destruídos, o que igualmente implicará o pleno cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste seguro. Em qualquer hipótese retornando-os ao estado em que se achavam imediatamente antes do sinistro, até os limites estabelecidos para as respectivas coberturas. Para tanto, o Segurado fica obrigado a fornecer plantas, desenhos, especificações ou outras informações e esclarecimentos necessários.

16.9. Quando o sinistro atingir bens gravados com qualquer ônus, a Seguradora pagará a indenização diretamente ao Segurado somente nos casos em que este apresentar a competente autorização do credor da garantia ou comprovar já ter obtido dele a liberação do ônus.

16.10. Ocorrendo sinistro que determine o pagamento de indenização no valor do Limite Máximo de Indenização da cobertura contratada para o bem garantido e estando o mesmo gravado com qualquer ônus, fica pactuado que a respectiva indenização será paga pela Seguradora ao credor da garantia, competindo ao Segurado pagar ao credor a diferença de saldo devedor que exceder o valor indenizado pela Seguradora.

16.11. Todas as despesas efetuadas com a comprovação do sinistro e documentos de habilitação correrão por conta do Segurado, salvo as diretamente realizadas pela Seguradora.

16.12. Os atos ou providências que a Seguradora praticar, após o sinistro, não importam, por si, no reconhecimento da obrigação de pagar a indenização reclamada.

16.13. A indenização devida será paga no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que o Segurado tiver cumprido todas as obrigações previstas nos itens 16.1 e 16.3 desta Cláusula.

16.14. O prazo de 30 (trinta) dias previsto em 16.13 será suspenso, quando a Seguradora verificar que a documentação é insuficiente para a regulação do sinistro, podendo em caso de dúvida fundada e justificável solicitar ao Segurado a apresentação de novas informações e documentos complementares. A contagem do prazo remanescente reiniciará à zero hora do dia útil seguinte à entrega dos documentos complementares na Seguradora;

16.15. Vencido o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento da indenização devida ao Segurado conforme itens 16.13 e 16.14, a indenização será atualizada monetariamente, conforme item 20.4 e 20.10 destas Condições Gerais, desde a data da ocorrência do sinistro até e a data do efetivo pagamento;

16.16. Além da atualização prevista no item 16.15, sobre o valor da indenização atualizada, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trigésimo primeiro dia da data da obrigação.

16.17. Na hipótese da ocorrência de sinistro de perda total, a Seguradora irá seguir com a indenização de acordo com o valor atual de mercado do equipamento considerando o mês da ocorrência do sinistro. A apuração do valor atual do bem será realizada através de cotações no mercado considerando equipamentos disponíveis para venda (mesma marca, modelo e ano de fabricação) do bem sinistrado. A prioridade é realizar cotações regionais, na seguinte ordem:

a) Mesorregião

- b) Estado
- c) Região (Sul / Sudeste, Centro Oeste, Norte, Nordeste)
- d) Brasil

16.18. Na impossibilidade de se avaliar adequadamente o preço de mercado, o bem poderá ser indenizado pelo valor atual, ou seja, pelo valor de novo, deduzido a depreciação pelo uso, idade e estado de conservação.

16.19. Na impossibilidade de reparo ou reposição do bem segurado à época da liquidação, a indenização devida será paga em dinheiro ou conforme pactuado entre as partes.

CLÁUSULA 17ª - PERDA DE DIREITOS

17.1. Se o Segurado, seu representante legal ou seu corretor de seguros fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta de seguro ou no valor do prêmio, perderá o direito à indenização, além de ficar obrigado ao prêmio vencido.

17.1.1. Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do Segurado, a Seguradora deverá:

17.1.1.1. Na hipótese de não ocorrência do sinistro:

- a) cancelar o seguro, podendo reter, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido;
- b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

17.1.1.2. Na hipótese de ocorrência do sinistro sem indenização integral:

- a) cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, podendo reter do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido;
- b) permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença do prêmio cabível ou deduzindo-a do valor a ser indenizado e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

17.1.1.3. Na hipótese de ocorrência do sinistro com indenização integral, cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, podendo deduzir do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

17.1.1.4. As possíveis indenizações poderão sofrer redução na proporção prêmio pago / prêmio devido, se por ocasião do sinistro for verificado que:

- a) O enquadramento do equipamento definido na apólice, não representa a real característica ou utilização do equipamento segurado no momento do sinistro.
- b) O(s) sistema(s) de proteção (sistema anti-furto) que embasaram desconto nas coberturas básicas e cobertura opcional de furto, não estavam em perfeitas condições de funcionamento.

17.2. O Segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.

17.3. O Segurado é obrigado, sob pena de perder o direito à indenização, se for provado que silenciou por má-fé:

17.3.1. a dar imediato aviso à Seguradora da ocorrência de todo e qualquer sinistro tão logo tome conhecimento, bem como tomar todas as providências cabíveis e razoáveis, durante ou após a ocorrência de qualquer sinistro, para salvar e preservar os bens segurados no sentido de

proteger e minorar os prejuízos;

17.3.2. a comunicar ao Segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar o risco coberto

17.3.2.1. Recebido o aviso de agravação do risco, a Seguradora, no prazo de 15 (quinze) dias a contar daquele aviso, poderá rescindir o contrato, dando ciência de sua decisão, por escrito, ao Segurado, ou mediante acordo entre as partes, restringir a cobertura contratada.

17.3.2.2. A rescisão só será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação e a diferença do prêmio será restituída pela Seguradora, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

17.3.2.3. Na hipótese de agravação do risco, a Seguradora poderá propor a continuidade do contrato e cobrar a diferença do prêmio.

17.4. A Seguradora ficará também isenta de qualquer responsabilidade decorrente deste seguro, caso seja identificado, pela Seguradora, o nexo de causalidade entre o estado de embriaguez e/ou do efeito de substâncias tóxicas ilícitas ou entorpecentes do condutor do equipamento e o evento que provocou os danos.

CLÁUSULA 18ª - SALVADOS

18.1. Ocorrido um sinistro que atinja bens garantidos pela apólice, o Segurado não poderá proceder o abandono dos salvados e deverá tomar desde logo todas as providências cabíveis no sentido de protegê-los e de minorar os prejuízos.

18.2. A Seguradora poderá, de comum acordo com o Segurado, providenciar o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto entendido e concordado que, quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão reconhecer-se ela obrigada a indenizar os danos ocorridos.

18.3. Não é admitido o abandono dos salvados por parte do Segurado. No caso de sinistro indenizado, todos os salvados passam automaticamente a ser de propriedade da Seguradora, não podendo o Segurado dispor dos mesmos sem a prévia e expressa autorização da Seguradora.

CLÁUSULA 19ª - INSPEÇÃO

19.1. A Seguradora se reserva o direito de, com a devida notificação antecipada ao Proponente/Segurado, previamente a aceitação da proposta de seguro ou durante a vigência deste contrato, proceder inspeção no local do Seguro, devendo o Proponente/Segurado e a **Entidade Financeira** proporcionar todos os meios necessários para tal ação.

19.2. Em consequência da inspeção, fica reservado à Seguradora, com base no relatório de inspeção efetuado, recusar a proposta ou requerer para fins de aceitação, adequações nos sistemas de segurança e processos, ou ainda, em caso de seguro já emitido, o direito de, a qualquer momento da vigência desta apólice, mediante notificação prévia, suspender a cobertura no caso de ser constatada qualquer situação grave ou de iminente perigo, não informadas quando da contratação do seguro, ou que ainda não tenham sido tomadas pelo Segurado, após sua constatação, as providências cabíveis ou recomendáveis para sanar tal situação.

19.3. Havendo a suspensão da cobertura, será devolvido ao Segurado o prêmio correspondente ao período em que a cobertura ficou suspensa, na base pro-rata temporis, atualizado conforme disposto nos itens 20.4 e 20.5 destas Condições Gerais.

19.4. Tão logo o Segurado tome as providências que lhe forem determinadas pela Seguradora, a

cobertura poderá ser reabilitada nos termos originalmente contratados mediante análise e autorização prévia e expressa da Seguradora, ou, na hipótese de agravação do risco nos termos do subitem 17.3.2.3 da Cláusula 17ª – Perda de Direitos destas Condições Gerais.

CLÁUSULA 20ª - ATUALIZAÇÃO DE VALORES CONTRATADOS E ENCARGOS MORATÓRIOS

20.1. Todos os valores constantes dos documentos devem ser expressos em moeda corrente nacional, vedada a utilização de unidade monetária de qualquer outra natureza. Essa obrigatoriedade não se aplica às operações contratadas em moeda estrangeira, expressamente autorizadas nos termos da regulamentação específica.

20.2. As contratações com vigência igual ou inferior a um ano não poderão conter cláusula de atualização de valores.

20.3. O Segurado, a qualquer tempo, poderá subscrever nova proposta ou solicitar emissão de endosso, para alteração do limite da garantia contratualmente previsto, ficando a critério da Seguradora sua aceitação e alteração do prêmio, quando couber.

20.4. O índice utilizado para atualização monetária, em moeda nacional, será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento ou restituição e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

20.5. Ocorrendo a extinção do índice indicado no item 20.4 acima, será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

20.6. Em consonância ao item 20.4 desta Cláusula, os valores relativos às obrigações pecuniárias oriundas para prêmio de seguro, serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, quando o prazo de sua liquidação superar o prazo fixado em contrato para esse fim, respeitada a regulamentação específica, particularmente no que se refere ao limite temporal para a liquidação e a faculdade de suspensão da respectiva contagem. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado em contrato, devem ter a taxa estipulada nas Condições Gerais ou regulamento, sendo que, na sua falta, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

20.7. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

20.8. Os valores devidos a título de devolução de prêmios sujeitam-se à atualização monetária pela variação do índice estabelecido no Item 20.4 desta Cláusula, a partir da data em que se tornarem exigíveis:

20.8.1. No caso de cancelamento do contrato: a partir da data de recebimento da solicitação de cancelamento ou a data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Sociedade Seguradora;

20.8.2. No caso de recebimento indevido de prêmio: a partir da data de recebimento do prêmio;

20.8.3. No caso de recusa da proposta: a partir da data de recebimento do prêmio.

20.9. Caso não seja cumprido o prazo máximo definido no item 8.12.1 da Cláusula 8ª – Aceitação, Modificação e Renovação do Seguro, de 10 (dez) dias corridos após a formalização da recusa, o valor a ser pago ao proponente estará sujeito a aplicação de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de

1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para devolução do prêmio até a data da efetiva restituição pela Seguradora.

20.10. Os valores das indenizações de sinistros em moeda nacional ficarão sujeitos à atualização monetária a partir da data de ocorrência do evento – ou, se for o caso de reembolso, a partir da data do dispêndio pelo Segurado ou beneficiário – até a data do efetivo pagamento, com base na variação positiva do índice IPCA/IBGE, calculado “pro rata temporis”, somente quando a Seguradora não cumprir o prazo de 30 (trinta) dias fixado para pagamento da indenização.

20.11. Se o prazo para pagamento da indenização e/ou obrigação pecuniária não for cumprido, o valor correspondente sujeitar-se-á à incidência de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da indenização e/ou obrigação pecuniária, sem prejuízo da sua atualização monetária, nos termos do item 20.10 acima.

CLÁUSULA 21ª - SUB-ROGAÇÃO

21.1. A Seguradora, pelo pagamento da indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, ficará sub-rogada em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que por atos, fatos ou omissões, tenham causado os prejuízos indenizados ou que para eles concorrido, podendo exigir do Segurado ou da **Entidade Financeira**, em qualquer tempo, os documentos hábeis para o exercício desses direitos.

21.2. Conforme definido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 786 do Código Civil Brasileiro:

"§ 1º Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do Segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins.

§ 2º É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este artigo"

CLÁUSULA 22ª - PRESCRIÇÃO

22.1. Os prazos prescricionais são aqueles estipulados em lei.

CLÁUSULA 23ª – FORO

23.1. As questões judiciais entre o Segurado e a Seguradora serão processadas no foro do domicílio do Segurado ou do beneficiário, conforme o caso.

CLÁUSULA 24ª – BENEFICIÁRIO

24.1. Fica entendido e acordado que a presente apólice não poderá ser cancelada sem a prévia anuência do Agente Financeiro especificado na apólice ao qual será paga qualquer indenização devida em decorrência do presente contrato de seguro até o valor do seu crédito.

CLÁUSULA 25ª - CESSÃO DE DIREITOS

25.1. Nenhuma disposição desta apólice dará quaisquer direitos contra os Seguradores a qualquer pessoa ou pessoas que não o Segurado. A Seguradora não ficará obrigada por qualquer transferência ou cessão de direitos feita pelo Segurado, a menos e até que a Seguradora, por meio de endosso, declare

o seguro válido para o benefício de outra pessoa.

CLÁUSULA 26ª - SEGUROS MAIS ESPECÍFICOS

26.1. Estabelece que se os bens segurados estiverem, por ocasião de um sinistro, cobertos também por outro seguro mais específico, por melhor individualizar os bens segurados ou por cobrir com maior amplitude riscos também garantidos pela apólice em causa, esta apólice, dentro da cobertura que concede, garantirá os referidos bens somente no que disser respeito a qualquer excesso de valor não coberto pelo outro seguro.

CLÁUSULA 27ª - DEFINIÇÕES

27.1. Ficam a seguir definidos os termos técnicos utilizados neste contrato:

Aceitação do Risco: ato de aprovação pela Seguradora de proposta de seguro efetuada pelo Proponente para cobertura de seguro de determinado(s) risco(s), após análise do risco.

Acidente de causa externa: acontecimento imprevisto do qual resulta um dano, cujo fato gerador do evento coberto é externo ao bem atingido, e desde que o agente externo não faça parte integrante do equipamento ou não esteja nele afixado, entendendo-se como tal colisão, abalroamento, capotagem ou tombamento.

Agravação do Risco: circunstâncias que aumentam a intensidade ou a probabilidade da ocorrência do risco assumido pela Seguradora, independente ou não da vontade do Segurado.

Apólice: contrato de seguro que discrimina o bem ou interesse segurado, às coberturas contratadas e direitos e obrigações do Segurado e da Seguradora.

Ato Doloso: ato intencional praticado no intuito de prejudicar a outrem.

Ato Ilícito: toda ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência que viole direito alheio ou cause prejuízo a outrem.

Atos de Vandalismo: Ação de destruir ou danificar uma propriedade alheia de forma intencional, seja esta pública ou privada, geralmente sem motivo aparente ou com o propósito de causar ruína. O termo inclui danos à propriedade, como grafite ou pichação e desfiguração direcionada a uma propriedade sem a permissão do dono.

Aviso de Sinistro: comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento.

Beneficiário: pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

Boa-fé: no contrato de seguro, é o procedimento absolutamente honesto que têm o Segurado e a Seguradora, agindo ambos com total transparência, isentos de vícios, e convictos de que agem em conformidade com a lei.

Cancelamento: dissolução antecipada do contrato de seguro.

Cobertura: Garantia contra danos provenientes de riscos amparados pelo contrato de seguro.

Condições Contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro.

Condições Especiais: São disposições anexadas à apólice e que modificam as Condições Gerais, ampliando ou restringindo as suas disposições.

Condições Gerais: conjunto das cláusulas da apólice que tem aplicação geral a todos os seguros de determinado ramo ou modalidade de seguro ou coberturas, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

Corretor de Seguro: profissional habilitado pela SUSEP e autorizado a angariar e promover contratos de seguros.

Culpa Grave: Conduta lesiva praticada pelo Segurado, pelos beneficiários ou por seus representantes, decorrente da negligência, imperícia e a imprudência grosseira ou não e que mesmo sem a intenção, o resultado danoso era previsível.

Dano Corporal: Todo e qualquer dano causado ao corpo humano, com exceção dos danos estéticos, mentais ou psicológicos.

Dano Material: Dano causado exclusivamente à propriedade material que reduz ou elimina o seu valor econômico.

Emolumentos: conjunto de despesas adicionais que a Seguradora cobra do Segurado, correspondente às parcelas de impostos e outros encargos a que está sujeito o seguro.

Endosso (ou aditivo): documento através do qual a Seguradora e o Segurado acordam a alteração do contrato de seguro.

Especificação da apólice: documento que faz parte integrante da apólice, no qual estão particularizadas as características do seguro contratado.

Evento: toda e qualquer ocorrência ou acontecimento decorrente de uma mesma causa passível de ser garantido por uma apólice de seguro.

Força Maior: acontecimento inevitável e irresistível, ou seja, evento que poderia ser previsto, porém não controlado ou evitado.

Franquia/Participação Obrigatória do Segurado nos Prejuízos: valor ou percentual definido na apólice referente à responsabilidade do Segurado nos prejuízos indenizáveis decorrentes de sinistros cobertos.

Furto: Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

Furto qualificado: subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, mediante destruição ou rompimento de obstáculo à subtração dos bens segurados, desde que deixado vestígios materiais inequívocos, ou tenha sido constatada por inquérito policial.

Furto Simples: subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, sem emprego de violência, desaparecimento inexplicável, simples extravio..

Indenização: valor devido por força de sinistro coberto, não podendo ultrapassar, em hipótese alguma, o Limite Máximo de Indenização da Cobertura contratada e o Limite Máximo de Garantia da apólice.

Inspeção de Riscos (Vistoria): inspeção feita por peritos para verificação das condições do objeto do seguro.

Liquidação de Sinistro: processo para pagamento de indenizações ao Segurado, com base no Relatório de Regulação de Sinistros.

Objeto do Seguro: designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias, que podem ser segurados por este seguro.

Operação de Equipamentos em Proximidade de Água: operação do equipamento segurado em terra

firme, entendendo-se como tal o desenvolvimento de qualquer atividade de acordo com suas funções e especificações técnicas, porém a menos de 30 (trinta) metros de praias, margens de rios, represas, canais, lagos ou lagoas e leitos d'água.

Prejuízo: qualquer dano ou perda sofrida pelos bens ou interesses segurados.

Prêmio: preço do seguro, ou seja, é a importância paga pelo Segurado à Seguradora em decorrência da contratação do seguro.

Prescrição: é o prazo que o Segurado tem para acionar na justiça a Seguradora e vice-versa. Na hipótese de o prejudicado não se manifestar durante o prazo prescricional, ocorre a prescrição.

Proponente: pessoa física ou jurídica que se dispõe a contratar o seguro junto a Seguradora.

Proposta de Seguro: instrumento que formaliza o interesse do Proponente em contratar o seguro.

Regulação de Sinistro: conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um sinistro para apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro.

Risco: evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro.

Risco Relativo: Termo utilizado para definir a forma de contratação de cobertura indicada quando houver a probabilidade de qualquer bem do Segurado, num determinado local, ser atingido por um evento sem que o dano seja total. O Segurado estabelece um Limite Máximo de Indenização (LMI) baseado no valor do dano máximo provável, independentemente do valor em risco declarado (VRD), pagando um prêmio agravado sempre que a relação LMI/VRD for inferior a 1 (um). Na hipótese de ocorrência do sinistro garantido por esta cobertura, a Seguradora apurará o valor real dos bens (VRA) no momento e local do sinistro e, caso o VRD seja inferior a 80%, o Segurado participará dos prejuízos proporcionalmente.

Risco Total: Termo para definir a forma de contratação de cobertura em que o Segurado no momento de sua contratação estabelece o Limite Máximo de Indenização (LMI) correspondente ao valor real (atual) dos bens garantidos pela mesma. Na hipótese de ocorrência de sinistro garantido por esta cobertura, a Seguradora apurará o valor real dos bens (VRA) no momento e local do sinistro e, caso o LMI do seguro da cobertura seja inferior ao VRA, o Segurado participará dos prejuízos proporcionalmente.

Roubo: subtração, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, mediante grave ameaça ou emprego de violência contra pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, quer pela ação física, quer pela aplicação de narcóticos ou assalto à mão armada.

Salvados: bens que se conseguem resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor comercial.

Segurado: pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício ou de terceiros.

Seguradora: Sociedade que, mediante recebimento do prêmio, assume os riscos e garante o pagamento da indenização em caso de ocorrência de sinistro coberto.

Seguro: contrato pelo qual uma das partes (a Seguradora) se obriga, mediante recebimento de prêmio, a indenizar outra (o Segurado ou o Beneficiário por este indicado) por eventuais prejuízos consequentes da ocorrência de determinados eventos, desde que amparados pelas Condições Contratuais.

Sinistro: ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro e que cause prejuízos ao Segurado.

Sub-rogação: direito que a lei confere à Seguradora, que pagou a indenização ao Beneficiário, de assumir seus direitos contra terceiros, responsáveis pelos prejuízos.

Terceiro: qualquer pessoa física ou jurídica que não seja o próprio Segurado, seus ascendentes, descendentes, cônjuge, bem como, tratando-se de pessoa jurídica, seus sócios controladores, dirigentes, administradores legais, beneficiários, prepostos, funcionários formalmente contratados e/ou dependentes econômicos.

Valor em Risco: valor integral do bem ou interesse segurado.

Vigência: período de tempo fixado para validade do seguro ou cobertura.

Vistoria de Sinistro: inspeção efetuada por peritos, após o sinistro, de modo a verificar e estabelecer os danos ou prejuízos sofridos pelo objeto do seguro.

CLÁUSULA 28ª - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

28.1. Constituem-se obrigações do Segurado:

28.1.1. Fornecer à Sociedade Seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente estabelecidas por aquela, incluindo dados cadastrais;

28.1.2. Manter a Sociedade Seguradora informada a respeito dos dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, resultar em sinistro, de acordo com o definido contratualmente;

28.1.3. Fornecer ao Beneficiário, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro;

28.1.4. Discriminar o valor do prêmio do seguro no instrumento de cobrança, quando este for de sua responsabilidade;

28.1.5. Repassar os prêmios à Sociedade Seguradora, nos prazos estabelecidos contratualmente;

28.1.6. Comunicar, se imediato, à Sociedade Seguradora, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, assim que deles tiver conhecimento, quando esta comunicação estiver sob sua responsabilidade;

28.1.7. Dar ciência ao Beneficiário dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação de sinistros;

28.1.8. Comunicar de imediato à SUSEP, quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado;

28.1.9. Fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela estabelecido.

01. CONDIÇÕES ESPECIAIS

COBERTURA 01.01 - BÁSICA DE EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS, MÓVEIS, PORTÁTEIS E ACOPLADOS A VEÍCULOS.

1. RISCOS COBERTOS

1.1. A Seguradora responderá, até o Limite Máximo de Indenização expressamente fixado pelo Segurado para esta cobertura, pelas perdas e/ou danos materiais causados aos bens descritos nesta apólice, observado o disposto na Cláusula 3ª - Riscos Excluídos das Condições Gerais e na Cláusula 2ª - Riscos Excluídos e Bens Não Compreendidos no Seguro da presente Cobertura, em consequência direta dos eventos a seguir especificados:

- a) Acidente de causa externa: definido, para fins desta cobertura, como acontecimento imprevisto do qual resulta um dano, cujo fato gerador do evento coberto é externo ao bem atingido, e desde que o agente externo não faça parte integrante do equipamento ou não esteja nele afixado, entendendo-se como tal colisão, abaloamento, capotagem ou tombamento;
- b) incêndio accidental ou explosão de qualquer natureza;
- c) roubo total do equipamento;
- d) furto (simples e qualificado) total do equipamento;
- e) quebra de vidros da cabine do equipamento;
- f) danos ocasionados durante o transporte do equipamento segurado, desde que referido transporte seja realizado em conformidade com a legislação em vigor, incluindo, mas sem limitação, a legislação de trânsito;
- g) queda de raio, desde que atingindo diretamente o equipamento e deixando vestígios inequívocos da sua ocorrência;
- h) vendaval e demais eventos climáticos caracterizados por ventos fortes com velocidade superior a 54 (cinquenta e quatro) km/h. A velocidade do vento deverá ser comprovada por laudo meteorológico ou, na impossibilidade deste, por divulgação generalizada da ocorrência por meio dos veículos de comunicação (jornal, rádio ou televisão).

1.1.1. São, ainda garantidos por esta cobertura, os desembolsos decorrentes de despesas de salvamento previstas nas condições contratuais desta apólice.

1.2. Para efeito desta cobertura, entende-se por:

- a) **Equipamentos Estacionários**: esta cobertura está limitada às máquinas e/ou equipamentos industriais e comerciais, quando fixos e instalados para operação em local determinado, expressamente indicado na apólice.
- b) **Equipamentos Móveis**: esta cobertura abrange os equipamentos enquanto estiverem nos canteiros de obras ou locais de trabalho, considerando-se também como tais seus locais de guarda, assim como sua transladação fora de tais locais, por autopropulsão ou qualquer meio de transporte adequado, em conformidade com a Legislação de Trânsito Local com a devida licença expedida por autoridade competente.
- c) **Equipamentos Portáteis**: esta cobertura abrange os equipamentos em todo o território nacional, inclusive os danos decorrentes de operações de transporte, mesmo quando conduzidos por prepostos ou empregados do Segurado e exclusivamente enquanto de posse dos mesmos.
- d) **Equipamentos Acoplados a Veículos**: esta cobertura abrange os equipamentos fixados ou instalados permanentemente a veículos, em todo território nacional, durante traslado entre áreas de

operação e enquanto estiverem nos locais de trabalho, considerando-se também como tais seus locais de guarda.

2. RISCOS EXCLUÍDOS E BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 3ª - Riscos Excluídos e 4ª - Bens/Interesses Não Garantidos das Condições Gerais da apólice, esta cobertura não garante os prejuízos causados por:

- a) curto-circuito, sobrecarga, fusão ou outros distúrbios elétricos causados aos dinamos, alternadores, motores, transformadores, condutores, chaves e demais acessórios elétricos, salvo se ocorrer incêndio, caso em que serão indenizáveis somente os prejuízos causados pelo incêndio consequente;
- b) operações dos equipamentos segurados sobre cais, docas, pontes, comportas, piers, balsas, pontões, embarcações, plataformas (flutuantes ou fixas) e estaqueamentos sobre água;
- c) operações dos equipamentos segurados em obras subterrâneas ou escavações de túneis;
- d) quaisquer equipamentos fixados ou instalados permanentemente em ou sobre veículos, aeronaves e embarcações, salvo expressa estipulação;
- e) equipamentos que se caracterizem como mercadoria do Segurado;
- f) operações dos equipamentos a menos de 30 (trinta) metros de praias, margens de rios, margens de bacias, diques, represas, canais, córregos, lagos e lagoas, exceto se informado no questionário de avaliação de risco constante na apólice;
- g) danos/perdas pela colisão do equipamento/partes/acessórios, contra obstáculos existentes no solo (raízes, tocos, pedras, etc) em colhedoras de cana;
- h) perdas e danos generalizados, não relacionados a um único evento;
- i) material rodante sobre trilhos;
- j) objeto de busca e apreensão;
- k) danos decorrentes de operações dentro de água, áreas alagadas e/ou inundadas;
- l) equipamentos arrendados, emprestados ou cedidos a terceiros, exceto se informado no questionário de avaliação de risco constante na apólice.
- m) queda, quebra, amassamento e arranhadura, salvo se decorrentes de acidente coberto.

2.2. Para Equipamentos Portáteis, esta cobertura não garante ainda os prejuízos causados por:

- a) queda, quebra, amassamento e arranhadura, salvo se decorrentes de acidente coberto;
- b) roubo e furto dos equipamentos do interior de veículo, salvo se o próprio veículo for roubado;
- c) equipamentos cuja guarda tenha sido transferida a terceiros (companhias aéreas, hotéis, clientes, fornecedores e assemelhados).

2.3. Exclusivamente para Equipamentos Estacionários, esta cobertura não garante ainda os prejuízos causados por alagamento e inundação.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Esta cobertura é contratada a Risco Total, respondendo a Seguradora pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma, observado o disposto abaixo.

3.1.1. Na hipótese de ocorrência de sinistro garantido, outrossim, se o Valor em Risco Atual apurado no momento de qualquer sinistro for superior ao Limite Máximo de Indenização constante da apólice, em caso de sinistro parcial, correrá por conta da Seguradora a parte proporcional do prejuízo correspondente à razão entre o Limite Máximo de Indenização e o Valor em Risco apurado no momento do sinistro.

3.1.2. Se houver mais de um Limite Máximo de Indenização especificado na apólice, estes não se somam, nem se comunicam, não podendo o Segurado alegar excesso de Limite Máximo de Indenização em uma cobertura para compensação de insuficiência em outra.

3.2. Opcionalmente esta cobertura, conforme definido nas Condições Particulares, poderá ser contratada a:

3.2.1. A 1º Risco Relativo:

3.2.1.1. Tendo o Segurado pago o prêmio estabelecido com base na tabela de coeficiente de agravação adotado pela Seguradora, calculado em função da relação entre o Limite Máximo de Indenização e Valor em Risco Declarado na apólice esta cobertura funcionará a 1º Risco Relativo, respondendo a Seguradora pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia estabelecida e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma, observado o disposto abaixo.

% L.M.I. / VRD	COEFICIENTE
80 ou mais	1,00
75	1,06
70	1,12
65	1,19
60	1,28
55	1,37
50	1,48

Para relações intermediárias, aplica-se o coeficiente maior.

3.2.1.2. Outrossim, se o Valor em Risco Atual apurado no momento de qualquer sinistro for superior ao percentual fixado do Valor em Risco expressamente declarado na apólice, em caso de sinistro parcial, correrá por conta da Seguradora a parte proporcional do prejuízo correspondente à razão entre o Valor em Risco declarado e o Valor em Risco apurado no momento do sinistro.

3.2.1.3. O percentual mencionado no subitem 3.2.1.2 deverá ser estabelecido nas Condições Particulares desse seguro.

3.2.1.4. Se houver mais de um Limite Máximo de Indenização especificado na apólice, estes não se somam, nem se comunicam, não podendo o Segurado alegar excesso de Limite Máximo de Indenização em uma cobertura para compensação de insuficiência em outra.

4. VALOR EM RISCO E PREJUÍZO

4.1. Serão adotados os seguintes critérios para determinação do Valor em Risco Atual e dos prejuízos:

- Entende-se como Valor em Risco Atual o valor do equipamento no mês da ocorrência do sinistro, realizada através de cotações no mercado de um bem de igual marca, modelo e ano de fabricação.
- Para determinação dos prejuízos indenizáveis de acordo com as condições expressas nesta apólice, tomar-se-á por base o custo da reparação, recuperação ou substituição do bem sinistrado, respeitadas as suas características anteriores. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3ª destas Condições, a Seguradora também indenizará o custo da desmontagem e remontagem que se fizerem necessárias para a efetuação dos reparos, assim como as despesas normais de transporte de ida e volta da oficina de reparos e despesas aduaneiras, se houver. Se os reparos forem executados na oficina do

próprio Segurado, a Seguradora indenizará o custo do material e mão de obra decorrentes dos reparos efetuados e mais uma percentagem razoável de despesas adicionais imprevistas. Exclusivamente nos casos de danos parciais, ou seja, aqueles em que não ficar caracterizada a perda total do equipamento sinistrado, conforme definido no item 5 desta cobertura, será indenizável o total dos prejuízos correspondentes aos custos (material e mão-de-obra) para reparação dos respectivos danos sofridos pelo equipamento sinistrado, sem dedução de qualquer depreciação; fica entendido e acordado, porém, que o valor eventual atribuído aos remanescentes substituídos deverá ser deduzido dos prejuízos.

c) Não obstante, se em virtude de determinação legal ou por qualquer outra razão, não se puder repor ou reparar o equipamento sinistrado, ou substituí-lo por outro semelhante ou equivalente, a Seguradora será responsável pela indenização monetária devida, se não houvesse tal impedimento.

5. PERDA TOTAL

5.1. Para fins deste contrato, ficará caracterizada a Perda Total, quando:

- a) O objeto segurado é destruído, ou tão extensamente danificado que deixa de ter as características do equipamento segurado; ou
- b) O custo de reconstrução, reparação e /ou recuperação do equipamento sinistrado atingir ou ultrapassar a 75% do seu valor atual.

5.2. Em qualquer caso, a indenização por Perda Total ficará limitada ao Valor Atual do bem sinistrado, conforme definição do item 4 - Valor em Risco e Prejuízo - desta cobertura, ou ao LMI (o que for menor).

6. FRANQUIA / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (QUANDO ADOTADA)

6.1. Esta cobertura poderá estar sujeita a uma franquia e/ou participação obrigatória do Segurado nos prejuízos indenizáveis, conforme discriminado nesta apólice.

6.2. Fica entendido e acordado que a franquia poderá ser aplicada em Perda Total, se constante na contratação do seguro e especificação da apólice.

7. - INDENIZAÇÃO REDUZIDA POR DECLARAÇÕES INEXATAS

7.1. Em caso de sinistro, verificando-se que a idade do equipamento atingido era superior à declarada para contratação do seguro, a indenização devida será reduzida na proporção existente entre o prêmio pago e o que seria devido, calculado com base na idade real do equipamento à data da contratação do seguro.

8. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA REGULAÇÃO DE SINISTROS

8.1. Além dos documentos exigidos no subitem 16.3 das Condições Gerais desta apólice, sem prejuízos de outros, o Segurado deverá apresentar orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens atingidos.

9. RATIFICAÇÃO

9.1. Ratificam-se os dizeres das Condições Gerais da apólice que não tenham sido alteradas por esta cobertura.

02. COBERTURAS ADICIONAIS (OPCIONAIS)

As cláusulas a seguir mencionadas só serão aplicadas ao seguro quando devidamente ratificadas nas Condições Particulares da apólice.

Em hipótese alguma poderá ser contratada a cobertura adicional sem a contratação da cobertura básica.

COBERTURA 02.01 - COBERTURA ADICIONAL DE DANOS ELÉTRICOS

1. RISCOS COBERTOS

1.1. Fica entendido e acordado que, não obstante o que possa constar da Cláusula 2ª - Riscos Excluídos e Bens Não Compreendidos no Seguro da Cobertura Básica, a Seguradora responderá, até o Limite Máximo de Indenização expressamente fixado pelo Segurado para a presente cobertura, e desde que pago o respectivo prêmio, pelas perdas e/ou danos materiais causados aos equipamentos devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, salvo se em consequência de raio atingindo direta ou indiretamente o equipamento.

2. RISCOS EXCLUÍDOS E BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 3ª - Riscos Excluídos e 4ª - Bens/Interesses Não Garantidos das Condições Gerais da apólice e Cláusula 2ª - Riscos Excluídos e Bens Não Compreendidos no Seguro da Cobertura Básica, esta cobertura não garante os prejuízos decorrentes de:

- a) sobrecarga, entendendo-se como tal as situações que superam as especificações fixadas em projeto para operação dos equipamentos ou instalações;
- b) falta de manutenção, manutenção inadequada, entendendo-se com tal aquela que não atenda as recomendações mínimas especificadas pelo fabricante, má conservação, deficiência de funcionamento, defeito de fabricação ou de material, erro de projeto, instalação, montagem e/ou teste;
- c) desligamento intencional de dispositivos de segurança ou de controles automáticos;
- d) falhas ou defeitos preexistentes à contratação desta cobertura, que já eram de conhecimento do Segurado ou de seus representantes, independentemente de serem ou não de conhecimento da Seguradora;
- e) danos causados a dispositivos de proteção elétrica (fusíveis, disjuntores, relés de proteção, chaves seccionadoras), lâmpadas de qualquer tipo, resistências de aquecimento, tubos de raio X, tubos catódicos, transformadores ou reatores de luminárias ou quaisquer outros componentes que, por sua natureza, necessitem de trocas periódicas;
- f) danos que estejam abrangidos por garantia de fornecedor, fabricante ou instalador;
- g) danos decorrentes de interrupção/falha no fornecimento de energia por parte da geradora ou distribuidora do serviço, mesmo que a devida interrupção/falha seja programada;
- h) danos causados em componentes mecânicos (engrenagens, rolamentos, buchas, eixos) ou químicos (óleos lubrificantes, gases refrigerantes e similares) do equipamento não suscetível a danos elétricos, inclusive a mão-de-obra utilizada na reparação dos referidos componentes, mesmo quando em consequência de evento coberto;
- i) danos decorrentes de falha mecânica;
- j) perda de dados, instruções eletrônicas ou software de sistemas de computadores.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A 1º Risco Absoluto:

Tendo o Segurado pago o prêmio estabelecido, esta cobertura funcionará a 1º Risco Absoluto, respondendo a Seguradora integralmente pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia estabelecida e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma.

3.2. A contratação desta cobertura adicional é permitida somente mediante a contratação da cobertura básica.

4. FRANQUIA / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (QUANDO ADOTADA)

4.1. Esta cobertura poderá estar sujeita a uma franquia e/ou participação obrigatória do Segurado nos prejuízos indenizáveis, conforme discriminado nesta apólice.

4.2. Fica entendido e concordado que a franquia não será aplicada em caso de Perda Total do bem sinistrado.

5. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA REGULAÇÃO DE SINISTROS

5.1. Além dos documentos exigidos no subitem 16.3 das Condições Gerais desta apólice, sem prejuízos de outros, o Segurado deverá apresentar orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens atingidos.

6. RATIFICAÇÃO

6.1. Ratificam-se os dizeres das Condições Gerais da apólice e da Cobertura Básica que não tenham sido alterados por esta cobertura.

COBERTURA 02.02 - COBERTURA ADICIONAL PAGAMENTO DE ALUGUEL A TERCEIROS

1. RISCOS COBERTOS

1.1. Fica entendido e acordado que, mediante verba própria, esta apólice também garante ao Segurado, quando proprietário, o valor dos aluguéis mensais que pagar a terceiros, se, em consequência do evento coberto pela cobertura básica, for compelido a utilizar outro(s) equipamento(s), igual(is) ou equivalente(s), de propriedade de terceiros.

1.2. A indenização devida por força desta cobertura será em prestações mensais e corresponderá ao aluguel que comprovadamente vier a ser pago a terceiros, limitado ao quociente da divisão da verba própria pelo número de meses estabelecidos no período indenitário para o qual foi contratada a cobertura.

1.3. As prestações mensais corresponderão ao tempo que for necessário e razoável à reposição ou aos reparos dos equipamentos sinistrados, não podendo, entretanto, exceder ao número de meses fixado como período indenitário.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A 1º Risco Absoluto:

Tendo o Segurado pago o prêmio estabelecido, esta cobertura funcionará a 1º Risco Absoluto, respondendo a Seguradora integralmente pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia estabelecida e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma.

2.2. A contratação desta cobertura adicional é permitida somente mediante a contratação de uma cobertura básica.

3. PERÍODO DE CARÊNCIA (FRANQUIA) E LIMITAÇÃO DO PERÍODO INDENITÁRIO (QUANDO ADOTADA)

3.1. Fica entendido e acordado que, para efeito de início de responsabilidade da Seguradora, deverá ser considerado o período de carência (participação obrigatória do Segurado) em número de dias consecutivos, contados a partir do recebimento do aviso de sinistro, e o período indenitário discriminados na apólice.

4. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA REGULAÇÃO DE SINISTROS

4.1. Além dos documentos exigidos no subitem 16.3 das Condições Gerais desta apólice, sem prejuízos de outros, o Segurado deverá apresentar o contrato de locação e os documentos comprobatórios do pagamento de aluguel.

5. RATIFICAÇÃO

5.1. Ratificam-se os dizeres das Condições Gerais da apólice e da Cobertura Básica que não tenham sido alterados por esta cobertura.

COBERTURA 02.03 - COBERTURA ADICIONAL DE DESPESAS DE SALVAMENTO

1. RISCOS COBERTOS

1.1 Fica entendido e acordado que, mediante a contratação da presente cobertura adicional, estão garantidos, até o Limite Máximo de Indenização expressamente fixado para a presente cobertura os eventuais desembolsos efetuados pelo Segurado, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro coberto pela cobertura Básica e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem coberto na cobertura Básica.

1.2 Serão Indenizáveis ainda as despesas com transporte do equipamento localizado após a ocorrência de um sinistro coberto, desde que previamente autorizadas pela Seguradora.

2. RISCOS EXCLUÍDOS E BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

2.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 3ª - Riscos Excluídos e 4ª - Bens/Interesses Não Garantidos das Condições Gerais da apólice e Cláusula 2ª - Riscos Excluídos e Bens Não Compreendidos no Seguro da Cobertura Básica, esta cobertura não garante os prejuízos decorrentes de:

- a) manutenção, segurança, conserto, renovação, reforma, substituição preventiva, ampliação e outras atividades afins inerentes ao ramo de atividade do Segurado;
- b) medidas inadequadas, inoportunas, desproporcionais ou injustificadas, entendidas como

sendo providências tomadas sem qualquer relação direta com um evento coberto pelo presente seguro, ou, ainda que possa ter relação, sejam tomadas de maneira extemporânea.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A 1º Risco Absoluto:

Tendo o Segurado pago o prêmio estabelecido, esta cobertura funcionará a 1º Risco Absoluto, respondendo a Seguradora integralmente pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia estabelecida e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma.

3.2. A contratação desta cobertura adicional é permitida somente mediante a contratação de uma cobertura básica.

4. FRANQUIA / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (QUANDO ADOTADA)

4.1. Esta cobertura poderá estar sujeita a uma franquia e/ou participação obrigatória do Segurado nos prejuízos indenizáveis, conforme discriminado nesta apólice.

5. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA REGULAÇÃO DE SINISTROS

5.1. Além dos documentos exigidos no subitem 16.3 das Condições Gerais desta apólice, sem prejuízos de outros, o Segurado deverá apresentar as notas fiscais relativa aos serviços executados para a salvaguarda do bem.

6. RATIFICAÇÃO

6.1. Ratificam-se os dizeres das Condições Gerais da apólice e da Cobertura Básica que não tenham sido alterados por esta cobertura.

03. CLÁUSULAS PARTICULARES

CLÁUSULA PARTICULAR – EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS EVENTOS COLISÃO DA COBERTURA BÁSICA

Fica entendido e acordado que, ao contrário do disposto no Item 1 - Riscos Cobertos da Cobertura Básica, não estão amparados os danos causados aos equipamentos segurados em decorrência de colisão do veículo o qual o mesmo está acoplado.

Ratificam-se as demais Cláusulas das Condições Gerais e Condições Especiais desta apólice que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR - PARA EQUIPAMENTOS EM OPERAÇÃO EM PROXIMIDADE DE ÁGUA

Fica entendido e acordado que, mediante a contratação da presente cláusula particular, estão garantidos os danos aos equipamentos segurados ocorridos enquanto estiverem em operação a menos de 30 metros de praias, margens de rios, represas, canais, lagos e lagoas, **permanecendo entretanto, a exclusão de equipamentos em operação dentro e sobre a água, conforme prevista nas alíneas "b" e "k" da Cláusula 2 – Riscos Excluídos e Bens Não Compreendidos no Seguro das Condições Especiais.**

Ratificam-se as demais Cláusulas das Condições Gerais e Condições Especiais desta apólice que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA DE RATEIO PARCIAL

1. Fica entendido e acordado que mediante a contratação desta cláusula, todo e qualquer sinistro será indenizado sem aplicação de rateio, desde que o Limite Máximo de Indenização (LMI) contratado na apólice para os bens segurados, seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do Valor Atual apurado do bem no momento do sinistro.

2. Entretanto, se o LMI de referência for inferior ao percentual estipulado no item anterior, correrá por conta do Segurado a parcela dos prejuízos proporcional à diferença entre o LMI de referência e o valor atual apurado no momento do sinistro, conforme exemplo abaixo:

LMI: Valor do equipamento contratado na Seguradora.

VA: Valor de mercado do equipamento apurado na data do sinistro.

LMI DE REFERÊNCIA: LMI contratado ajustado para o cálculo (margem de 20% adicional). Cálculo para o LMI de Referência = $LMI / 0,8$

Fórmula: Indenização = $LMI \text{ de Referência} / \text{Valor Atual apurado} \times (\text{Prejuízo} - \text{Franquia})$

3. Se aplica aos Prejuízos somente quando o resultado do cálculo da fórmula acima for abaixo de 1, aplicando-se neste caso o rateio.

4. Ratificam-se as demais Cláusulas das Condições Gerais e Condições Especiais desta apólice que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR – EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS EVENTOS ROUBO E/OU FURTO DA COBERTURA BÁSICA

Fica entendido e acordado que, ao contrário do disposto no Item 1 – Riscos Cobertos da Cobertura Básica, não estão cobertos os riscos de Roubo e/ou Furto do(s) equipamento(s) descrito(s) nesta apólice.

Ratificam-se as demais Cláusulas das Condições Gerais e Condições Especiais desta apólice que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR DE LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO ÚNICO (LMI ÚNICO)

Declara-se para os devidos fins e efeitos que este seguro foi contratado sob a forma de LMI Único por cobertura contratada, abrangendo vários equipamentos.

Ao contrário do que possa constar nas condições contratuais do presente contrato de seguro, fica entendido e acordado que em caso de eventual sinistro, a indenização devida não poderá, em qualquer hipótese, ser superior ao Valor em Risco Declarado (VRD) para cada equipamento e constante na especificação da apólice bem como o somatório das indenizações não poderá, em hipótese alguma, ultrapassar o Limite Máximo de Indenização Único de cada cobertura informado na especificação desta apólice.

Fica ajustado, entretanto, que a presente cláusula não anula nem torna sem efeito as disposições da Cláusula 3 - Forma de Contratação das Condições Especiais, não implicando, em qualquer hipótese, pré-avaliação dos bens segurados e decorre do valor informado pelo Segurado sob sua exclusiva responsabilidade e constante da proposta de seguro.

Ratificam-se as demais Cláusulas das Condições Gerais e Condições Especiais desta apólice que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR – RISCO EXCLUÍDO PARA EQUIPAMENTO GPS

Fica entendido e acordado que, ao contrário do que possa constar nas Condições Especiais da Cobertura Básica, o(s) equipamento(s) de GPS descrito(s) na apólice não estará(ão) coberto(s) pelo seguro, se os prejuízos reclamados forem decorrentes de furto simples, entendendo-se como tal a subtração de bens sem o uso de violência, ameaça, vestígios materiais inequívocos de arrombamento ou rompimento de obstáculos para a sua subtração.

CLÁUSULA PARTICULAR DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Fica entendido e acordado que sempre que constar expressamente a inclusão desta cláusula na apólice, a aceitação do seguro pela Seguradora se fundamenta no compromisso do Segurado de manter as medidas de Gerenciamento de Risco informadas no momento da contratação e/ou constatadas pela Seguradora na inspeção de risco.

Desta forma, fica estabelecido que a indenização de qualquer sinistro dependerá, além do disposto nas Condições Gerais e Especiais do presente seguro, do cumprimento integral, por parte do Segurado, das medidas de Gerenciamento de Risco, ficando a Seguradora isenta da responsabilidade de obrigação do pagamento de qualquer indenização por força deste seguro,

se comprovado que o sinistro ocorreu ou sofreu agravação pelo descumprimento, por parte do Segurado, de tais medidas.

Todos os custos eventualmente necessários para garantir o regular cumprimento das medidas de Gerenciamento de Risco correrão por conta exclusiva do Segurado.

Fica ainda estabelecido que a Seguradora poderá a qualquer momento visitar o(s) local(is) segurado(s), bem como solicitar documentos complementares para a comprovação do cumprimento das regras desta cláusula.

Ratificam-se os demais Termos, Cláusulas e Condições da apólice que não tenham sido alterados pela presente Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR DE EMBARGOS E SANÇÕES

1. A presente cláusula regula os procedimentos a serem observados nos casos em que o Segurado e/ou seu(s) Beneficiário(s) esteja(m) inserido(s) em lista(s) de embargos ou sanções expedidas por órgãos nacionais ou internacionais de combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ou o pagamento da indenização esteja(m) sujeito(s) a sanções previstas na legislação Brasileira ou internacional.

2. As coberturas contratadas através do presente contrato de seguro serão automaticamente suspensas a partir da data de ingresso do Segurado, do Beneficiário ou do local de ocorrência do sinistro nas referidas listas de embargos e sanções, sendo reestabelecidas às 24 horas do dia subsequente a data de exclusão destes das referidas listas.

3. O Segurado perderá o direito à indenização sempre que praticar, por si ou por seu representante, ato doloso que tenha nexos causal com o evento gerador do sinistro.

4. O Segurado é obrigado a comunicar à Seguradora, logo que saiba, todo e qualquer incidente ou fato suscetível de agravar o risco coberto, cabendo-lhe indicar, inclusive, a data da caracterização do agravamento. Se ficar constatado, por ocasião da ocorrência do sinistro, que o Segurado e/ou seu representante silenciaram de má-fé, o direito à indenização ficará prejudicado.

5. O fato gerador para efeito de aplicação desta cláusula de embargos e sanções deverá estar caracterizado no momento do sinistro para fins de perda de direito ou risco excluído e durante o processo de regulação do sinistro esta Seguradora verificará se o Segurado, os beneficiários das indenizações devidas ou se os locais de ocorrência dos eventos reclamados constam de listas de embargos ou sanções expedidas por órgãos nacionais ou internacionais de combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

5.1. Conforme o resultado da verificação descrita no item 5 acima, o que contrariar ou não constar das informações prestadas pelo Segurado à Seguradora quando da análise da proposta de seguro, na hipótese do Segurado ou os beneficiários das indenizações devidas ou dos locais de ocorrência dos eventos reclamados constarem das referidas listas ou nas situações nas quais as referidas listas forem atualizadas após a aceitação do risco, o direito à cobertura contratada não fica prejudicado, entretanto, o referido pagamento/reembolso ficará suspenso até que ocorra a superação do referido embargo ou sanção ou até que seja determinada eventual solução através

de decisão judicial definitiva pela corte competente, referente ao procedimento que deverá ser adotado para este fim, mediante consulta a ser efetuada por esta Seguradora.

6. No caso de sanção de indisponibilidade de bens, nos termos da Lei nº 13.810/19 e suas eventuais alterações, o pagamento da indenização e/ou reembolso, caso devido, ficará igualmente suspenso até que a sanção deixe de ser exequível ou até que haja deliberação judicial a respeito.

7. Fica ainda certo e acordado que a Seguradora poderá fazer valer-se de todas as medidas legais para salvaguarda de direitos, inclusive da consignação em pagamento, caso o pagamento de qualquer indenização devida nos termos da Apólice, ou reembolso de despesas, possa sujeitar-lhe a sanções por parte dos órgãos competentes.

8. As principais listas de embargos e sanções podem ser consultadas pelo Segurado através da rede mundial de computadores (web) nos endereços abaixo, sem prejuízo de outras listas que sejam eventualmente expedidas pelos órgãos competentes:

- a) Organização das Nações Unidas - ONU: <https://nacoesunidas.org/conheca/>
- b) Reino Unido e União Europeia: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/>
- c) Office of Foreign Assets Control – OFAC (Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA): <https://sanctionssearch.ofac.treas.gov/>
- d) GAFI – Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento de Terrorismo: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/prevencao-lavagem-dinheiro/alertas-pld-ft>

***Nota:** As listas acima poderão sofrer atualizações por parte dos órgãos internacionais e/ou nacionais sem aviso prévio.

9. Ratificam-se os demais Termos, Clausulas e Condições da Apólice que não tenham sido alterados pela presente Cláusula.

CLÁUSULA PARTICULAR - COSSEGURO E LIDERANÇA

O presente contrato de seguro é celebrado com Cosseguero, e dele participam, proporcionalmente, a(s) Cosseguradora(s) discriminada(s) no quadro descrito no frontispício da Apólice.

As Seguradoras participantes do risco garantido pelo presente seguro, conforme indicadas no quadro supra, assumem, direta e individualmente, sem solidariedade entre si, a responsabilidade pelas indenizações eventualmente devidas por este seguro, respeitada a proporção de responsabilidade indicada no quadro acima e o Limites de Responsabilidade Máxima, observados os demais termos e condições das Condições Contratuais, bem como demais Cláusulas e/ou Declarações impressas, que igualmente se aplicam a toda(s) a(s) Cosseguradora(s).

Fica expressamente designada como “**Seguradora Líder**” do presente contrato de seguro a **Sompo Seguros S.A.**, a qual tem a seu cargo os serviços de administração da Apólice e eventuais endossos, de representação da(s) Cosseguradora(s) para todos os efeitos do presente seguro em todas as suas fases, inclusive em eventuais regulações e liquidações de sinistros.

O Segurado, em virtude do disposto na presente Cláusula, assume o compromisso de encaminhar exclusivamente à Seguradora Líder todas as comunicações a que estiver obrigado por força das

Condições Contratuais do presente Seguro.

Ficam ratificadas todas as Condições Contratuais (Condições Gerais, Condições Especiais, Cláusulas e demais termos do presente seguro) que não tenham sido alteradas por esta Cláusula Particular.

CLÁUSULA PARTICULAR - CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE GUERRA E GUERRA CIVIL NMA464 (1/1/1938)

Não obstante qualquer disposição em contrário, este seguro não cobre as perdas ou danos, direta ou indiretamente, causados por, acontecendo através de ou em consequência de guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (independentemente da guerra ser declarada ou não), guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, poder militar ou usurpado, confisco, nacionalização, requisição, destruição ou perdas ou danos à propriedade por ou sob a ordem de qualquer governo ou autoridade pública ou local.

CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO TERRORISMO - NMA 2921(08/10/2001)

1. Não obstante qualquer disposição em contrário que possa constar no presente contrato de seguro ou qualquer endosso a este, tem-se por acordado que estão excluídos os prejuízos, danos, custos ou gastos de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de ou conexos a qualquer ato de terrorismo, desconsiderando-se qualquer outra causa ou evento que tenha contribuído concorrentemente ou em qualquer outra sequência para o prejuízo.
2. Para fins desta cláusula, ato de terrorismo significa um ato que abrange, mas não se limita apenas, ao uso de força ou violência e/ou a ameaça destes, de qualquer pessoa ou grupo(s) de pessoas, quer agindo sozinhas ou em nome ou em conexão com qualquer organização(ões) ou governo(s), cometido com propósito político, religioso, ideológico ou similares, incluída a intenção de influenciar qualquer governo e/ou a levar a população, ou qualquer parte da população, ao medo.
3. Esta cláusula também exclui prejuízos, danos, custos ou gastos de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de ou em conexão a qualquer ação realizada para controlar, prevenir, suprimir ou relacionada de qualquer maneira com qualquer ato de terrorismo.
4. Caso qualquer porção desta cláusula seja considerada inválida ou inexecutável, as demais disposições permanecerão válidas e com plenos efeitos.

CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO ADICIONAL DE DADOS ELETRÔNICOS – ENDOSSO “B” - (NMA 2915)

1. **Exclusão de Dados Eletrônicos** Não obstante qualquer disposição em contrário nesta apólice ou qualquer endosso referente a mesma, fica entendido e acordado que:
 - a) Esta apólice não cobre perda, dano, destruição, distorção, apagamento, adulteração ou alteração de DADOS ELETRÔNICOS decorrente de qualquer causa (incluindo, mas não limitado a VÍRUS DE COMPUTADOR), ou perda de uso, redução na funcionalidade, custo ou despesa de qualquer natureza resultante dos mesmos, independentemente de qualquer outra causa ou evento simultâneo ou subsequente que tenha contribuído para o sinistro.

DADOS ELETRÔNICOS significam fatos, conceitos e informações convertidas para uma configuração utilizável para a comunicação, interpretação ou processamento através de equipamentos de processamento de dados eletrônicos e eletromecânicos ou equipamentos controlados eletronicamente, e incluem programas, “software” e outras instruções codificadas para o processamento e manipulação de dados ou para condução e a manipulação de tal equipamento.

VÍRUS DE COMPUTADOR significa um conjunto de instruções ou códigos distorcidos, nocivos ou de outra forma não autorizados, incluindo um conjunto de instruções ou códigos introduzidos de má-fé, sem autorização, programáveis ou de outra forma, que se propagam através de sistemas de computador ou redes de qualquer natureza. O termo **VÍRUS DE COMPUTADOR** inclui, mas não está limitado, a “Cavalos de Tróia”, “Minhoca”, ou “Bombas Relógio ou Bombas Lógicas”.

b) Entretanto, na hipótese de um dos riscos abaixo listados resultar de quaisquer dos eventos descritos na alínea “a” acima, esta apólice, sujeita a todos seus termos, condições e exclusões, garantirá o dano material diretamente causado por tal risco, ao bem segurado, que ocorra durante a vigência da apólice.

Riscos Declarados:

b.1) Incêndio

b.2) Explosão

2. Avaliação do Material para Gravação de Dados Eletrônicos

Não obstante qualquer disposição em contrário nesta apólice ou em qualquer endosso referente a mesma, fica entendido e acordado o seguinte:

Na hipótese de o material para a gravação de dados eletrônicos segurado por esta apólice sofrer perda ou dano material coberto pelo seguro, a base de avaliação será o custo do material virgem ou em branco acrescido dos custos de copia dos **DADOS ELETRÔNICOS** de “back-ups” ou dos originais de uma geração anterior. Estes custos não incluirão a pesquisa e engenharia, nem quaisquer custos de recriação, coleta ou montagem de tais **DADOS ELETRÔNICOS**. Se o material não for reparada, substituída ou restaurada, as bases de avaliação serão o custo do material virgem.

No entanto, esta apólice garante, nem ao Segurado nem a qualquer outra parte o valor de tais **DADOS ELETRÔNICOS** que não puderem ser recriados, reunidos ou montados.

CLÁUSULA PARTICULAR - DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS (LMA5394)

1. Não obstante qualquer disposição em contrário neste contrato de seguro, este contrato de seguro exclui qualquer perda, dano, responsabilidade, reclamação, custo ou despesa de qualquer natureza, direta ou indiretamente causada por, contribuída por, resultante de, resultante de, ou em conexão com uma doença transmissível ou o medo ou ameaça (real ou percebida) de uma doença transmissível, independentemente de qualquer outra causa ou evento que contribua simultaneamente ou em qualquer outra sequência da mesma.

2. Conforme usado neste documento, uma doença transmissível significa qualquer doença que possa ser transmitida por meio de qualquer substância ou agente de qualquer organismo para outro organismo em que:

2.1. a substância ou agente inclui, mas não está limitado a, vírus, bactéria, parasita ou outro organismo ou qualquer variação do mesmo, considerado vivo ou não, e

2.2. o método de transmissão, direta ou indireta, inclui, mas não se limita a, transmissão aérea, transmissão de fluidos corporais, transmissão de ou para qualquer superfície ou objeto, sólido, líquido ou gás ou entre organismos, e

2.3. a doença, substância ou agente pode causar ou ameaçar danos à saúde ou ao bem-estar humano ou causar ou ameaçar danos a, deterioração, perda de valor, comercialização ou perda de uso de propriedade.

CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE ENERGIA NUCLEAR NMA1975(A)

Este Contrato excluirá Riscos de Energia Nuclear, quer tais riscos sejam subscritos diretamente (como risco de seguro) e/ou através de resseguro e/ou via Pools e/ou Consórcios.

Para todos os fins deste Contrato, Riscos de Energia Nuclear são aqueles decorrentes de todos os seguros e resseguros relativos à:

i. Todos os Bens Materiais existentes em local ocupado por uma usina nuclear. Reatores nucleares, edifícios contendo reatores nucleares e respectivas máquinas e equipamentos dos mesmos em qualquer local que não seja uma usina nuclear.

ii. Todos os Bens Materiais existentes em qualquer local (inclusive, mas não limitado aos locais referidos em (i) acima) usados, ou que tenham sido usados para:

(a) geração de energia nuclear; ou

(b) produção, uso ou armazenagem de Material Nuclear.

iii. Quaisquer outros Bens Materiais elegíveis para a cobertura de seguro pelo Pool e/ou Consórcio de seguro nuclear local, mas somente no que disser respeito às exigências daquele Pool e/ou Consórcio.

iv. O fornecimento de bens e serviços a qualquer dos locais descritos de (i) a (iii) acima, a menos que tais seguros ou resseguros venham a excluir os riscos de irradiação e contaminação por Material Nuclear.

Exceto quando mencionado como incluído, riscos de energia nuclear não incluirão:

i. Qualquer seguro relativo à construção ou montagem ou instalação ou reposição ou reparo ou manutenção ou desativação de Bens Materiais como descritos nos itens (i) a (iii) acima (incluindo instalações e equipamentos dos empreiteiros responsáveis).

ii. Qualquer seguro de Quebra de Máquinas ou de Engenharia que não esteja abrangido pelo escopo de (i) acima.

Desde que esses seguros ou resseguros sempre excluam os riscos de irradiação e contaminação por Material Nuclear.

Todavia, a isenção acima não se estenderá a:

- i. Disposição de qualquer seguro ou resseguro de qualquer tipo, relativo a:
 - a) Material Nuclear.
 - b) Qualquer Bens Materiais na Zona ou Área de Alta Radioatividade de qualquer Instalação Nuclear a partir da introdução de Material Nuclear ou – nas instalações de reatores – a partir do carregamento do combustível ou da primeira fase crítica, quando assim for acordado com o Pool e/ou Consórcio de Riscos Nucleares local.
- ii. A disposição de qualquer seguro ou resseguro para os riscos mencionados como incluídos:
 - a) Incêndio, raio, explosão;
 - b) Terremoto;
 - c) Queda de Aeronaves e outros equipamentos ou artefatos aéreos;
 - d) Irradiação e contaminação radioativa;
 - e) Qualquer outro risco segurado pelo Pool e/ou Consórcio de seguro nuclear local.

Com respeito a quaisquer outros Bens Materiais não especificado no subitem (i) do item 4 acima, que envolva diretamente a produção, uso ou armazenagem de Material Nuclear como em introdução de Material Nuclear em tais Bens Materiais.

Definições

"Material Nuclear" significa:

- (i) Combustível nuclear, exceto urânio natural e urânio esgotado, capaz de produzir energia por um processo autossustentável de fissão nuclear em cadeia fora de um Reator Nuclear, por si só ou em combinação com algum outro material, e
- (ii) Produtos ou rejeitos radioativos.

"Produtos ou Rejeitos Radioativos" significa quaisquer materiais radioativos produzidos durante a produção ou utilização de combustível nuclear ou qualquer material tornado radioativo por exposição à radiação incidente durante essa produção ou utilização de combustível nuclear, mas não inclui radioisótopos que tenham atingido o estágio final de fabricação com o objetivo de serem usados para finalidade científica, médica, agrícola, comercial ou industrial.

"Instalação Nuclear" significa:

- (i) Qualquer Reator Nuclear.
- (ii) Qualquer fábrica que use combustível nuclear para a produção de Material Nuclear, ou qualquer fábrica para o processamento de Material Nuclear, inclusive qualquer fábrica para o reprocessamento de combustível nuclear irradiado, e
- (iii) Quaisquer instalações onde for armazenado Material Nuclear, que não a armazenagem relacionada com o transporte desse material.

"Reator Nuclear" significa qualquer estrutura que contenha combustível nuclear de uma forma que um processo autossustentado de fissão nuclear em cadeia possa ocorrer em seu interior uma fonte adicional de nêutrons.

"Produção, Uso ou Armazenagem de Material Nuclear" significa a produção, fabricação,

enriquecimento, condicionamento, processamento, reprocessamento, uso, armazenagem, manuseio e descarte de Material Nuclear.

"Bens materiais" significará terrenos, prédios, estruturas, instalações, equipamentos, veículos, conteúdo (inclusive, mas não limitado a líquidos e gases) e todos os materiais de qualquer tipo, fixos ou não.

"Zona ou Área de Alta Radioatividade" significa:

- (i) No caso de usinas de energia nuclear e Reatores Nucleares, o recipiente ou estrutura que contém diretamente o core (incluindo seus suportes e invólucro) e todo seu conteúdo, com os elementos combustíveis, as barras ou varetas de controle e depósito de combustível irradiado, e
- (ii) No caso de instalações nucleares sem reatores, qualquer área em que o nível de radioatividade requeira a instalação de um escudo biológico.

Ratificam-se todas as demais condições deste seguro que não tenham sido alteradas ou revogadas pela presente Cláusula.

CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE CONTAMINAÇÃO RADIOATIVA (CL356 ILU)

1. Esta cláusula deverá prevalecer e substituir qualquer disposição contida neste contrato que com ela conflite.

2. Em nenhum caso, este seguro cobrirá perda, dano, responsabilidade ou gastos direta ou indiretamente ocasionados por, ou aumentados por, ou resultantes de:

(i) radiações ionizantes ou contaminação radioativa por qualquer combustível nuclear ou resíduo nuclear ou de uso de combustível nuclear;

(ii) as propriedades radioativas, tóxicas, explosivas ou, de qualquer outra forma, perigosas ou contaminantes de qualquer instalação nuclear, reator ou outro conjunto ou componente nuclear destes;

(iii) qualquer arma de guerra ou dispositivo que empregue fissão e/ou fusão atômica ou nuclear ou qualquer outra reação, força ou substância radioativa similar.

CLÁUSULA PARTICULAR - EXCLUSÃO DE RISCOS POLITICOS

1. Independentemente de qualquer disposição em contrário dentro deste seguro ou qualquer endosso a ele relacionado, fica acordado que este seguro exclui perdas, danos, custos e despesas de qualquer natureza direta ou indiretamente causados por, resultantes de ou relacionados a qualquer dos itens a seguir, independente de qualquer outra causa ou evento que contribua atualmente ou em qualquer outra sequência em relação ao dano;

2. Confisco, expropriação, nacionalização, recrutamento de soldados, recrutamento forçado ou destruição de ou dano a bem por ordem do Governo de direito ou de fato ou qualquer autoridade pública municipal ou local do país ou da área na qual o bem está situado; apreensão ou destruição em quarentena ou regulamentação alfandegária.

3. Ratificam-se todas as demais condições deste seguro que não tenham sido alteradas ou revogadas pela presente Cláusula.

CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE ARMAS QUÍMICAS, BIOLÓGICAS, BIOQUÍMICAS, ELETROMAGNÉTICAS E ATAQUES CIBERNÉTICOS

1. Esta cláusula deve ser suprema e deve prevalecer sobre qualquer inconsistência contida neste Contrato a este respeito.

2. Em nenhum caso este Contrato deverá cobrir responsabilidade por danos ou despesas direta ou indiretamente causados por ou contribuído por ou surgindo de:

a) qualquer arma química, biológica, bioquímica ou eletromagnética;

b) uso ou operação, como meio de infligir danos, de qualquer computador, sistema de computador, programas de computador, vírus de computadores ou processo ou qualquer outro sistema eletrônico.

3. Ratificam-se todas as demais condições deste seguro que não tenham sido alteradas ou revogadas pela presente Cláusula.

Processo SUSEP N° 15414.901291/2013-93

COBERTURA ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL - EQUIPAMENTOS

A cláusula a seguir mencionada só será aplicada ao seguro quando devidamente ratificada nas Condições Particulares da apólice.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A contratação desta cobertura se subordina ao pagamento de prêmio adicional.
- 1.2. Esta cobertura NÃO pode ser contratada isoladamente, estando vinculada à Cobertura Básica selecionada e pactuada pelo Segurado.
- 1.3. Esta cobertura é contratada a base de ocorrências.

2. RISCO COBERTO

2.1. Esta cobertura garante o reembolso ao Segurado, até o Limite Máximo de Indenização (LMI) estabelecido nas Condições Particulares da apólice, das quantias pelas quais vier a ser responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência prévia da Seguradora e desde que atendidas as disposições do contrato, relativas a reclamações por danos corporais e/ou materiais involuntariamente causados a terceiros decorrentes exclusivamente dos riscos cobertos descritos abaixo, bem como nas ações emergenciais promovidas para tentar impedir que ocorra o sinistro ou para diminuir suas consequências, desde que as despesas realizadas pelo segurado ao empreender tais ações emergenciais e que tenham sido comprovadas ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistorias e/ou perícia técnica efetuada pela Seguradora, ocorridos e reclamados durante a vigência desta apólice, exceto os mencionados nas Cláusulas 3ª - Riscos Excluídos desta cobertura.

- a) acidentes causados pelo(s) equipamento(s) descrito(s) nesta apólice;
- b) acidentes causados por erro humano na operação do(s) equipamento(s) descrito(s) nesta apólice;
- c) acidentes ocorridos com o(s) equipamento(s) descrito(s) na apólice ao circularem em vias públicas;
- d) acidentes causados pela carga objeto de transporte pelo(s) mesmo(s) equipamento(s) enquanto transportada.

2.2. O termo “despesas” significa gastos realizados pelo segurado em caráter de urgência, com o objetivo de tentar evitar e/ou impedir os danos causados a terceiros, e cobertos pelo seguro.

2.3. Estão cobertas também as custas judiciais do foro civil e honorários de advogados.

2.4. O termo “acidente” significa qualquer evento danoso que ocorra de forma súbita, imprevista e exterior à vítima ou coisa atingida, não necessariamente provocando morte, sequelas permanentes ou perda total.

2.5. Em relação aos riscos aludidos nas alíneas “a” e “b”, a garantia somente prevalecerá se:

- 2.5.1. for comprovada a existência de manutenção regular do(s) equipamento(s), quando necessária;

2.5.2. na hipótese de ser necessário um operador para manejar o(s) equipamento(s), tiverem sido contratadas pessoas comprovadamente habilitadas, quando exigida a habilitação, pelo respectivo fabricante e / ou por disposição legal;

2.5.3. tiverem sido expostos avisos de advertência, em locais visíveis, alertando os usuários do(s) equipamento(s) da eventual existência de qualquer tipo de perigo.

2.6. Em relação ao risco aludido na alínea “c”, esta garantia é subsidiária em relação ao Seguro de Responsabilidade Civil Facultativo dos veículos envolvidos, quando existir.

2.7. Este seguro poderá ser contratado por pessoa física ou jurídica.

3. RISCOS EXCLUÍDOS

3.1. Além das exclusões previstas nas Cláusulas 3ª – “Riscos Excluídos” e 4ª – “Bens / Interesses Não Garantidos” das Condições Gerais, não estão cobertas as reclamações decorrentes de:

- a) perdas ou danos direta ou indiretamente causados por qualquer convulsão da natureza;
- b) acidentes diretamente ocasionados pela inobservância a disposições legais, tais como dimensão, peso e acondicionamento de carga transportada;
- c) danos sofridos por pessoas transportadas;
- d) perdas, acidentes ou danos decorrentes de ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada e a prática, por parte do Segurado/condutor, de atos ilícitos ou contrários à lei;
- e) danos causados pelo Segurado e/ou condutor do equipamento a seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como a quaisquer parentes e pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente;
- f) danos causados a empregados ou prepostos do Segurado, quando a seu serviço;
- g) danos causados a sócios-dirigentes ou a dirigentes de Empresa do Segurado;
- h) responsabilidades assumidas pelo Segurado, por contratos ou convenções;
- i) multas e fianças impostas ao Segurado e/ou condutor do equipamento e as despesas de qualquer natureza relativas a ações ou processos criminais;
- j) danos causados por escavações de qualquer natureza;
- k) danos causados por poluição ou contaminação ao meio ambiente, bem como quaisquer despesas incorridas pela limpeza e/ou descontaminação;
- l) danos morais;
- m) prejuízos patrimoniais e lucros cessantes não resultantes diretamente da responsabilidade por danos materiais e/ou corporais cobertos pelo presente contrato;
- n) o reembolso de indenização que o Segurado for obrigado a pagar por sentença que decretar à sua revelia (falta de apresentação de contestação / defesa ou por ausência injustificada em audiência designada pelo juízo);
- o) danos materiais e/ou corporais causados a terceiros durante o período em que o equipamento, roubado ou furtado, estiver em poder dos meliantes;
- p) danos ocorridos durante as operações de carga, descarga, içamento e descida do próprio equipamento segurado;
- q) danos a embarcações, aeronaves, trens e locomotivas e a todo seu conteúdo;
- r) perdas e danos causados aos bens manipulados pelo equipamento segurado.

- s) danos ou prejuízos consequentes da insuficiente ou defeituosa execução de serviços especializados de natureza técnico profissional a que se destina o equipamento;
- t) danos aos bens que se relacionarem direta ou indiretamente aos serviços especializados de natureza técnico profissional em execução pelo segurado.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. A Primeiro Risco Absoluto: Tendo o Segurado pago o prêmio estabelecido, esta cobertura funcionará a Primeiro Risco Absoluto, respondendo a Seguradora integralmente pelos prejuízos indenizáveis, isto é, os prejuízos que excedam a franquia estabelecida e/ou participação obrigatória do Segurado, se houver, até o limite máximo de indenização previsto na mesma.

5. LIMITE DE RESPONSABILIDADE

5.1. Os Limites Máximos de Indenização (L.M.I.) de cada cobertura, assim como os respectivos Limites Agregados (L.A.), não se somam nem se comunicam.

5.2. O Limite Máximo de Indenização (L.M.I.) desta cobertura representa o Limite Máximo de Responsabilidade da Seguradora relativo à reclamação, ou série de reclamações decorrentes do mesmo fato gerador.

5.3. O Limite Agregado (L.A.) corresponde a uma vez o valor do Limite Máximo de Indenização da cobertura.

6. FRANQUIA / PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO

6.1. Em cada sinistro, o Segurado participará com o valor da franquia estabelecido nas Condições Particulares da apólice.

7. OUTRAS DISPOSIÇÕES

7.1. Ratificam-se as Condições Gerais, exceto as disposições que conflitarem com as presentes Condições Particulares, hipótese em que estas prevalecerão sobre aquelas.

7.2. Não há reintegração do LMI das coberturas contratadas, sendo possível o aumento deste, mediante acordo entre as partes; e

7.3. A cobertura será extinta se o pagamento de indenizações, vinculadas à mesma, esgotar o respectivo LA.